

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Luana Ricardo de Jesus

**CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO
EM RIO NEGRINHO – SC**

Florianópolis
2020

Luana Ricardo de Jesus

**CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO
EM RIO NEGRINHO – SC**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Licenciatura em Educação do Campo do Centro de
Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Thaise Costa Guzzatti

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Jesus, Luana Ricardo de
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO EM RIO
NEGRINHO - SC / Luana Ricardo de Jesus; orientadora,
Thaise Costa Guzzatti, 2020.
89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Ciências da Educação, Graduação em Educação do Campo,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Autonomia. 3. Mulheres
do Campo. 4. Educação. I. Guzzatti, Thaise Costa.
II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Luana Ricardo de Jesus

**CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO EM RIO
NEGRINHO – SC**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática e aprovado em sua forma final pelo Curso Licenciatura em Educação do Campo.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2020.

Prof^a. Dr^a. Adriana Angelita da Conceição
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Thaise Costa Guzzatti
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Adriana Angelita da Conceição
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Vilenia Venancio Porto Aguiar
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao meu pai, Samuel.
Minha mãe, Luzia.
Minha irmã, Ana Laura.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Aos meus queridos pais, Luzia e Samuel, por todo apoio e carinho. Amo vocês!

À minha querida irmã, Ana Laura, pela compreensão e companheirismo. Amo você!

A todos (as) os (as) professores (as) que fizeram parte de minha trajetória.

À minha querida orientadora, professora Thaise, pela atenção, dedicação e confiança.

Às minhas amigas, Fernanda, Marilene e Valerie, por tudo o que juntas passamos.

A todos (as) amigos (as) que me encorajaram e me ajudaram neste processo.

A todas as agricultoras que fizeram parte deste trabalho. Vocês são incríveis!

A todos (as) os (as) entrevistados (as) pela disponibilidade e atenção.

E a todos (as) que de alguma forma contribuíram para minha formação.

*“And I pray, oh, my God, do I pray. I pray every
single day for a revolution!”*

(4 Non Blondes, 1992)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de construção de autonomia por mulheres do campo no município de Rio Negrinho – Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo. Portanto, buscou-se, através da revisão bibliográfica, da sistematização de dados e da realização de entrevistas com os (as) agentes-chaves, proporcionar premissas que possibilitassem o cumprimento deste estudo de caso. O referencial teórico empregado apresenta discussões concernentes às questões que configuram as desigualdades de gênero, relacionando-as com a realidade do cenário estudado – como por exemplo, as concepções de feminino e masculino e a divisão sexual do trabalho. Semelhantemente, aponta para a importância de uma educação emancipadora que estimule o pensamento crítico dos (as) educandos (as). No que concerne a análise da realidade das mulheres do campo de Rio Negrinho, foram realizadas entrevistas com algumas agricultoras que são tidas como exemplos de autonomia em suas localidades, bem como, demais atores (as) envolvidos (as), a fim de se obter um conhecimento mais amplo no que diz respeito às especificidades das demais produtoras. Todas as pessoas entrevistadas ressaltaram que, embora haja progressos no que diz respeito a conquista da autonomia das mulheres, ainda há muito o que avançar. Do mesmo modo, concordaram que a educação é uma importante ferramenta para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária. Por conseguinte, embora haja uma maior conscientização entre os (as) indivíduos (as) a respeito da relevância das discussões sobre as desigualdades entre os gêneros, a temática ainda é pouco abordada, sobretudo em Rio Negrinho. A conquista da autonomia das agricultoras entrevistadas evidencia que, embora seja processo contínuo e árduo, a superação dos ideais historicamente construídos é factível. Desta forma, é possível constatar que a presença de ações afirmativas efetivas, tanto na educação, quanto em outras esferas, é imprescindível para o alcance da igualdade entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Mulheres do Campo. Autonomia. Educação.

ABSTRACT

This undergraduate thesis main goal is to analyze the process of construction of autonomy by rural women in the city of Rio Negrinho - Santa Catarina. It is a qualitative research of exploratory and descriptive character. Therefore, I attempt throughout bibliographic review, data systematization and interviews with key-agents, providing premises that enable the accomplishment of this case study. The theoretical framework employed presents discussions related to issues that constitute gender inequalities, relating them to a reality of the studied scenario - as for example, the conceptions of female and male and the sexual division of labor. Similarly, it indicates the importance of an emancipating education that stimulates the critical thinking of the students. As regards the analysis of the reality of rural women in Rio Negrinho, interviews were conducted with some women farmers who are considered as examples of autonomy in their localities, as well as other actors involved, in order to know more about specificities of the other rural women producers. All the people interviewed highlighted that although there are progress in the achievement of women's autonomy, there's still a lot yet to advance. Likewise, they agree that education is an important tool for achieving a more just and egalitarian society. Therefore, although there is greater awareness among individuals about the relevance of discussions about gender inequalities, the issue is little discussed, especially in Rio Negrinho. The achievement of the autonomy of the women farmers interviewed indicate that although it is a continuous and arduous process, the overcoming of historically constructed ideals is feasible. As such, it is possible to verify that the presence of effective affirmative actions, both in education and in other spheres, is essential for achieving equality between men and women.

Keywords: Rural Women. Autonomy. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Rio Negrinho.	35
Figura 2 - Produção de orgânicos de dona Cecília.	77
Figura 3 - Propriedade de dona Cecília.	77
Figura 4 - Produção de orgânicos de dona Cecília.	78
Figura 5 - Estabelecimento de dona Simone.	78
Figura 6 - Propriedade de dona Simone.	79
Figura 7 - Estabelecimento de dona Simone.	79
Figura 8 - Propriedade de dona Simone.	80
Figura 9 - Propriedade de dona Alice.	80
Figura 10 - Propriedade de dona Alice.	81
Figura 11 - Propriedade de dona Alice.	81
Figura 12 - Produção de hortaliças de dona Rosana.	82
Figura 13 - Produção de hortaliças de dona Rosana.	82
Figura 14 - Estabelecimento de dona Marlene.	83
Figura 15 - Propriedade de dona Marlene.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

CNH Carteira Nacional de Habilitação

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DPMR Diretoria de Política para Mulheres Rurais

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

GAVINA Grupo de Agroecologia Vida Natural

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA Ministério da Agricultura

MMC Movimento de Mulheres Camponesas

PIB Produto Interno Bruto

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPP Projeto Político Pedagógico

PRONAF Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICCOB Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

UPF Unidade Produtiva Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos	15
1.2	METODOLOGIA.....	16
1.3	ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	17
2	MULHERES RURAIS: DA DESIGUALDADE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA A BUSCA DE UMA AUTONOMIA	19
2.1	AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MEIO RURAL.....	19
2.1.1	Mulheres do campo e a produção de alimentos	22
2.1.2	Posse das terras, remuneração e subordinação das mulheres do campo	24
2.2	EM BUSCA DE UMA AUTONOMIA PARA AS MULHERES DO CAMPO ..	26
2.3	EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA PELAS MULHERES DO CAMPO.....	30
3	MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, SANTA CATARINA	34
3.1	ASPECTOS GERAIS	35
3.2	HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.....	36
3.3	O RURAL, A AGRICULTURA E O LUGAR DAS MULHERES DO CAMPO	37
4	CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO DE RIO NEGRINHO	41
4.1	EXEMPLOS DE AUTONOMIA DE MULHERES DO CAMPO EM SUAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO	41
4.2	VISÃO DE UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE E NO AMBIENTE ESCOLAR.....	55
4.3	ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA EPAGRI SOBRE AS MULHERES DO CAMPO DE RIO NEGRINHO	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71

APÊNDICE	77
APÊNDICE I – IMAGENS DAS PROPRIEDADES VISITADAS	77
APÊNDICE II – QUESTÕES NORTEADORAS PARA AS ENTREVISTAS COM AS AGRICULTORAS	84
APÊNDICE III – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM O (A) GESTOR (A) EDUCACIONAL	85
APÊNDICE IV – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM O (A) REPRESENTANTE DA EPAGRI.....	86
APÊNDICE V – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM UM (A) RESPONSÁVEL PELAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL EM UMA COOPERATIVA DO MUNICÍPIO	88
APÊNDICE VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89

1 INTRODUÇÃO

A educação do campo surge no final do ano 1990, a partir da organização dos movimentos sociais do campo que passam a discutir, propor e reivindicar do poder público uma política de educação para os povos que vivem “no” e “do” campo, em oposição à concepção de educação “para” o campo. Tais movimentos alertam que os (as) sujeitos (as) têm o direito de estudarem no local onde vivem, bem como de receberem uma “educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada às necessidades humanas e sociais” (MUNARIN e SCHMIDT, 2014, p. 62).

Constitui-se, desta forma, como novo paradigma de educação “no” e “do” campo, onde busca-se a formação integral, de forma que a emancipação dos (as) sujeitos (as) é um dos seus principais objetivos. A educação, nesta perspectiva, precisa contribuir para o fortalecimento da cultura e dos valores das comunidades rurais, bem como estar vinculada ao seu projeto de desenvolvimento autossustentável (MUNARIN e SCHMIDT, 2014).

É neste contexto que as discussões de gênero, especialmente àquelas ligadas as mulheres do campo, encontram eco. Os desejos e opiniões das mulheres são oprimidos e o trabalho produtivo e reprodutivo que realizam tem sido historicamente invisibilizado. Desta forma, há a necessidade de luta para que consigam sua legitimidade social como agentes capazes de transformar suas vidas e a sociedade.

O patriarcado¹, um dos principais causadores das desigualdades de gênero no campo, resulta em inúmeras formas de subordinação feminina, suscitando em diversos problemas sociais. O trabalho exercido pelas mulheres na atividade produtiva não é valorado, da mesma forma que sua participação nos processos de tomada de decisão na família e na unidade de produção familiar são limitados (SILVA e RIBEIRO, 2004). Dentre as muitas consequências desta situação, uma é o efetivo abandono do campo pelas mulheres, sobretudo as jovens.

Os dados são alarmantes. O cenário rural brasileiro vem sendo marcado, sobretudo nos últimos 50 anos, pela extrema diminuição da população. Vale destacar que, embora em percentuais absolutos o êxodo rural tenha denotado menor intensidade, ainda se faz presente, mantendo-se intenso em algumas regiões (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Em uma pesquisa realizada na região do Oeste de Santa Catarina, Mello *et al.* (2005, apud MELLO, 2006), constataram que, entre os anos de 1991 e 2001, a evolução da população

¹ Sistema social de dominação masculina. Predominância da liderança masculina em âmbitos sociais, econômicos e políticos. Valorização do masculino sobre o feminino. Domínio do pai/marido sobre as mulheres e filhos (as).

rural foi negativa (-2,49% a.a.), apontando uma redução de cerca de 102 mil pessoas, das quais Ferrari (2003, apud MELLO, 2006) avalia que mais de 75 mil eram jovens, sendo a maioria moças.

Do mesmo modo, Silvestro *et al.* (2001, apud MELLO, 2006, p. 11) afirmam que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes”. Os autores realizaram um estudo com 116 famílias, também na região Oeste catarinense, onde constataram que dentre 176 jovens que deixaram o campo, 103 eram moças e 73 rapazes. Tal desequilíbrio de gênero, advindo da intensa migração feminina juvenil, resulta em fenômenos como o celibato masculino.

Isso, aliado ao envelhecimento da população no meio rural, decorrente, dentre outros fatores, pela redução da taxa de natalidade, tem colocado em risco a reprodução da agricultura familiar (FROEHLICH *et al.*, 2011).

A saída do campo, seja ela de homens ou mulheres, acontece por diferentes razões. Como indica Stropassolas (2011), entre os principais argumentos apontados por jovens para explicar a migração estão: dificuldade de acesso à educação; falta de opções de trabalho e renda (aqui incluindo o “caixa único” da propriedade, cuja gestão é geralmente de responsabilidade do pai); falta de opções de lazer e sociabilidade; dificuldades de infraestrutura (estradas, comunicação), dentre tantos outros fatores. No caso das moças, adicionalmente, o autor indica que elas partem também em busca de autonomia, seja ela financeira ou social, em referência a tentativa de fuga dos papéis subalternos a elas delegados historicamente (STROPASSOLAS, 2002).

Infelizmente, a desigualdade de gênero ainda é bastante presente na realidade das mulheres rurais. O patriarcado, a invisibilização e desvalorização financeira do trabalho feminino, a responsabilização (quase sempre exclusiva) para com o trabalho doméstico e de cuidados, a falta de representatividade, a violência contra a mulher, dentre outros, são algumas das consequências decorrentes da concepção de ideais masculinos e femininos.

Muitas mulheres têm lutado para mudar o cenário anteriormente descrito. Fizeram/fazem isso articulando movimentos específicos de mulheres (como o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo) ou em movimentos e organizações mistas. O importante é que passaram a denunciar injustiças a que são historicamente submetidas e reivindicar condições mais justas e igualitárias de trabalho e vida no meio rural. Encontraram eco nas Universidades e centros de pesquisa e, por algum tempo, conseguiram fazer avançar

políticas públicas² (especialmente durante a existência da DPMR – Diretoria de Política para Mulheres Rurais, vinculadas ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Como acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo, percebo a necessidade em trazer visibilidade aos povos do campo, bem como lutar contra as opressões historicamente impostas. As reflexões provocadas durante os meus anos de formação, me fizeram chegar a esta temática. Como mulher que busca se empoderar e empoderar as outras, descortinar as desigualdades de gênero parece-me fundamental para fazer avançar o campo brasileiro, sobretudo a agricultura familiar. Neste sentido, passei a me questionar sobre qual seria a situação das mulheres em Rio Negrinho – Santa Catarina, município que resido e que pretendo atuar como educadora do campo.

Desta forma, tendo em vista os fatos mencionados, surge a seguinte indagação: Como se apresenta o processo de construção da autonomia nas mulheres do campo do município de Rio Negrinho – SC?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de construção de autonomia por mulheres do campo no município de Rio Negrinho.

1.1.2 Objetivos Específicos

Visando atingir o objetivo geral, buscarei atentar aos seguintes objetivos:

- Retratar o modo que se apresentam as relações sociais e o papel das mulheres do campo;
- Perceber o processo de autonomia das mulheres do campo do município de Rio Negrinho;

² O atual cenário político e a extinção de tal diretoria indica que poderá haver retrocessos.

- Valorizar as mulheres do campo, buscando trazer visibilidade as mesmas;
- Refletir sobre o papel da educação na construção da autonomia das mulheres;

1.2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se, do ponto de vista metodológico, como um estudo qualitativo. Usualmente, a abordagem qualitativa é empregue em pesquisas relativas às ciências sociais, para a percepção das relações que compreendem a vida humana (DENZIN e LINCOLN, 2000). Portanto, trata-se de uma importante ferramenta para a percepção da cultura, dos valores e das expressões dos grupos sobre a temática trabalhada (MINAYO, 1998). Sendo assim, os estudos qualitativos possibilitam a compreensão das interações de determinados grupos sociais, visto que configuram-se pela utilização de métodos como: pesquisa de campo, entrevistas, análise documental, análise de conteúdo e análise histórica (RICHARDSON, 1999).

Desta forma, o estudo em questão caracteriza-se como exploratório-descritivo, uma vez que emprega técnicas de pesquisas embasadas em entrevistas e observações, possibilitando explorar o problema com maior abrangência (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987). Ao passo que descreve características sobre pessoas, lugares, etc. (GIL, 2008), assim compreendendo a concepção dos (as) sujeitos (as) a respeito dos fenômenos estudados (GODOY, 1995). À vista disso, configura-se como um estudo de caso, visto que propicia a análise do cenário estudado, proporcionando a compreensão do mesmo (GIL, 1991).

A realização desta pesquisa sucedeu mediante aos seguintes procedimentos metodológicos: análise bibliográfica, análise documental, observações diretas, entrevistas e análise dos resultados. A pesquisa bibliográfica integrou a leitura de livros, revistas, teses, dissertações e textos de *sites* da internet. Sendo realizada entre o período de novembro de 2018 e outubro de 2019. Tal embasamento teórico contribuiu para as discussões que viriam a seguir. A pesquisa documental, por sua vez, ocorreu entre o período de abril e setembro de 2019, se constituindo através de arquivos em computador e relatórios. Para as entrevistas, buscou-se dialogar com algumas mulheres e outros (as) sujeitos (as) do campo no município de Rio Negrinho, os quais constituíram um conjunto de informantes-chave para a pesquisa. As conversas com os (as) representantes (as) escolhidos sucederam entre o mês de maio e setembro de 2019.

A análise dos resultados, por sua vez, se deu por intermédio das análises das informações coletadas durante todo o processo. À título de exemplo, destaco que ao investigar a participação feminina em cursos, organizações sociais, cargos políticos, etc., pude perceber a representação político-social e a inserção econômica das mulheres do campo no município. Da mesma forma, questões cotidianas como: se possuem conta e/ou empréstimo no banco/cooperativa, se dirigem, se tomam decisões no âmbito familiar, se realizam a comercialização dos produtos, dentre outras, permitiram a análise da autonomia dessas produtoras.

Por conseguinte, a escolha dessas ferramentas metodológicas atendeu as particularidades de uma pesquisa qualitativa; levando em consideração a aquisição das respostas concernentes aos pontos desenvolvidos ao longo deste trabalho, especialmente, aqueles que nos permitem compreender o processo de construção da autonomia das mulheres do campo em Rio Negrinho.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, contendo introdução, tópicos fundamentais e considerações finais.

O primeiro capítulo é desenvolvido a fim de apresentar o estudo; abrangendo o tema, sua justificativa e contextualização, bem como a problemática compreendida e os objetivos gerais e específicos a serem alcançados pela pesquisa.

O segundo capítulo é destinado para a fundamentação teórica deste trabalho. O qual intenta sustentar as discussões e reflexões que serão tratadas mais à frente. As abordagens apresentadas expõem as diversas questões que compreendem as desigualdades entre os gêneros, buscando assim, elucidar a necessidade pela conquista da emancipação feminina. Semelhantemente, discorre sobre a relação com a Educação do Campo, atentando para o papel e a importância da educação para a obtenção desta conquista.

Por sua vez, o terceiro capítulo tem por objetivo a caracterização do município de Rio Negrinho; apresentando ao (a) leitor (a) os aspectos gerais do município, sua história e suas especificidades quanto ao meio rural e agricultura, a fim de relacioná-las à temática abordada.

O quarto capítulo aborda, de maneira mais específica, a realidade do município de Rio Negrinho em relação à construção da autonomia das mulheres do campo. Para tal, são

apresentados os resultados obtidos com as entrevistas, a fim de proporcionar a reflexão crítica sobre as questões apontadas.

O quinto e último capítulo é destinado para as considerações finais levantadas pela autora e as recomendações de trabalhos futuros.

2 MULHERES RURAIS: DA DESIGUALDADE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA A BUSCA DE UMA AUTONOMIA

As desigualdades sociais possuem múltiplas origens e trazem consigo sérias consequências que impactam diretamente na garantia de direitos humanos e no desenvolvimento de uma nação. É necessário admitir que a desigualdade é um crítico e improrrogável problema em nosso país, da mesma forma que sua solução abrange transformações em fatores estruturais (CARNEIRO, 2015).

Nas últimas décadas, movimentos sociais e políticos vêm buscando conquistar a equidade entre homens e mulheres, ao denunciar as desigualdades de gênero. Fazem isso protagonizando diversas causas femininas, reivindicando e conquistando seus interesses numa sociedade de forte resistência aos novos conceitos de gênero, a fim de que haja um rompimento de paradigmas que norteiam o cenário social atual (CARNEIRO, 2003). Tais movimentos buscam tornar cada vez mais efetivo o debate sobre a subordinação e invisibilidade da mulher, bem como seu reconhecimento e autonomia.

É evidente que ao longo do século 20, as mulheres vêm conquistando cada vez mais seus espaços, apresentando avanços graduais e constantes; tais progressos são imprescindíveis para a solidificação do processo histórico-cultural ao lado dos homens, com as mesmas capacidades de ser nas relações sociais. Contudo, ao nos aproximarmos da realidade podemos constatar que a luta pela igualdade de gênero ainda apresenta grandes desafios, principalmente quando diz respeito às mulheres do campo (GROSSI e COUTINHO, 2018).

Sendo assim, este capítulo buscará abordar as razões que resultam nas desigualdades de gênero, como a divisão sexual do trabalho e a subordinação e invisibilidade das mulheres do campo, com o intuito de apontar para a necessidade da conquista da autonomia feminina. Semelhantemente atentar-se-á para a relação da temática com a Educação do Campo, evidenciando a relevância de uma educação emancipadora para a formação crítica dos (as) educandos (as), a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MEIO RURAL

A desigualdade de gênero no meio rural, historicamente construída e manifestada, se encontra em uma conjuntura de outras desigualdades sociais. Seja quando comparamos a população rural com a urbana, ou quando observamos os contrastes existentes entre as regiões

do Brasil. Qualidade de vida, direitos trabalhistas, acesso a políticas públicas, dentre outros, configuram tais diferenças (HEREDIA, 2006).

Em nossa sociedade, gênero é marcado pela concepção dualista de masculino e feminino, estereotipando papéis específicos para cada uma dessas configurações, e fortalecendo as desigualdades presentes entre homens e mulheres. Para que possamos compreender como tais ideais, do que é ser um homem e do que é ser uma mulher, são estabelecidos, é necessário que entendamos o que é gênero.

De acordo com Bruschini (1998) apud Santos (2010), gênero diz respeito ao:

Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar ‘gênero’ para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica. (BRUSCHINI, 1998 apud SANTOS, 2010, p. 4).

Desta forma, o papel do homem e da mulher é culturalmente instituído e se transforma de acordo com a sociedade e o tempo. Tal papel tem seu início desde a gestação, quando a família prepara o enxoval de acordo com o sexo do bebê. Se for menina, será rosa; se for menino, será azul. Da mesma forma, depois que nasce, a criança passa a ser educada pelos familiares, escola, mídia e sociedade em geral, a maneira “correta” de pensar, sentir e atuar. Isto é, por nascerem com genitais masculinos ou femininos, as crianças são ensinadas desde cedo que há comportamentos específicos para os meninos se tornarem homens e outros para as meninas se tornarem mulheres (SCHÜTZ, 2018).

Ou seja, as desigualdades são forjadas desde muito cedo. As crianças passam a assimilar estereótipos impostos pela sociedade. Cabe salientar que não se trata de “simples diferença”, já que as meninas são levadas, muitas vezes, a acreditar que sua principal tarefa no mundo é cuidar da casa e da família, como destaca:

Dizer que existem representações do que seja masculino e feminino significa dizer que as pessoas definem, para cada uma dessas categorias, suas características, seus padrões de conduta, o espaço que lhes corresponde na sociedade. Em outras palavras os indivíduos orientados por padrões culturais, ao se relacionarem com os outros utilizam imagens do que é masculino e do que é feminino. (FORTES, 2006, p. 5 apud REIS, 2008, p. 23).

As meninas são educadas a serem passivas, dependentes, amáveis, zelosas, cuidadosas e frágeis, ao passo que os meninos são ensinados a serem fortes, ativos, corajosos, independentes, provedores e líderes. Até mesmo as brincadeiras infantis reforçam tal

direcionamento. Enquanto os meninos brincam de carrinho, de jogar bola, de guerra, com jogos violentos, entre outros; as brincadeiras das meninas são associadas às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos, como brincar de boneca e casinha, por exemplo (TURINO, 2018).

Por conseguinte, as crianças se deparam constantemente com padrões sociais que estabelecem parâmetros para as peculiaridades do feminino e do masculino, assim determinando o que é permitido ou não a mulher e o homem desempenhar. Tais concepções resultam na subordinação feminina, dado que cabe ao homem ocupar posições de destaque, é ele quem deve liderar, seja qual for o âmbito. Na política, na liderança de organizações, de empresas e até mesmo de igrejas, por exemplo, a representatividade é majoritariamente masculina. Minayo esclarece, neste sentido que:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. (MINAYO, 2005, p. 23).

Devido ao fator biológico, onde as mulheres podem engravidar e amamentar, o feminino é associado à domesticidade, sendo atribuído às mulheres o trabalho reprodutivo. Em razão disso, desde seu nascimento, são incentivadas a serem mães e a cuidarem dos outros. Assim sendo, a fim de que seja possível desempenhar os papéis a elas estabelecidos, muitas acabam se privando e/ou sendo privadas de uma vida ativa fora de casa. Essa limitação à esfera do lar, pode ter por consequência a restrição da mulher ao acesso à informação, educação e formação profissional, resultando na dependência do sexo masculino para sua sobrevivência (SOUSA e GUEDES, 2016).

Ao passo que as mulheres são responsáveis prioritariamente pelo trabalho reprodutivo, cabe aos homens, por sua vez, o trabalho produtivo (KERGOAT, 1996). Tal atribuição de papéis reforça as relações desiguais de poder entre os gêneros. O homem é o provedor do lar, o chefe, visto que é ele quem traz o sustento para dentro de casa, enquanto a mulher, caso queira ou necessite, pode “ajudar” em casa ao receber um “dinheirinho a mais”. Deste modo, a divisão das tarefas está associada à concepção social de masculino e feminino, o valor social do trabalho

é concebido em razão de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si (BUTTO *et al.*, 2014).

De acordo com o Ministério do Trabalho no Brasil (2016), há um avanço no que diz respeito ao número de mulheres que vêm ingressando no mercado de trabalho. Contudo, tal realidade traz consigo a chamada “dupla jornada de trabalho”, em razão que o cuidado com a casa, os filhos e o marido continuam sendo de responsabilidade das mulheres, que mesmo depois do esforço de várias horas em suas atividades remuneradas, ainda precisam dar conta do trabalho privado. Se somarmos as tarefas domésticas mais as jornadas de trabalho, observamos que, enquanto os homens somam 50,2 horas semanais de trabalho, as mulheres trabalham 53,3 horas semanais, ou seja, 3,1 horas a mais que os homens (PNAD IBGE, 2019). Tal cenário traz consigo o desgaste físico e mental nas mulheres, ocasionando assim impactos significativos em suas saúdes.

Outra realidade referente a desigualdade de gênero, bastante presente, porém pouco discutida, é a violência contra as mulheres do campo. Devido à falta de denúncias, por consequência do medo e outros fatores como isolamento no campo, são poucas as informações sobre os crimes, o que acaba dificultando a presença efetiva de políticas públicas. Em uma pesquisa realizada em 2008 pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)³, foi constatado que mais de 55,2% das entrevistadas sofreram algum tipo de agressão, seja ela física ou sexual. Das quais, mais de 63,7% asseguraram que a violência foi causada pelos maridos e parceiros. A imagem de que o homem é o chefe da casa e o dono das posses, contribui, em muitos casos, para que as mulheres se sintam intimidadas em denunciar as agressões que sofrem.

2.1.1 Mulheres do campo e a produção de alimentos

Em relação ao trabalho produtivo, as mulheres do campo trabalham tanto quanto os homens e, por vezes, realizam as mesmas atividades (BRUMER, 2004). Todavia, as atividades agrícolas por elas desenvolvidas, são constantemente consideradas apenas como um auxílio ao marido e à família, sendo uma extensão às suas atribuições de esposa e mãe; recebendo, na maioria das vezes, pouca ou nenhuma remuneração pelo trabalho executado. Semelhantemente,

³ OLIVEIRA, Marcos. Combate à violência contra a mulher no campo e floresta ainda é desafio. *In*: SENADO Federal. [S. l.], 06 jul. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/combate-a-violencia-contra-a-mulher-no-campo-e-floresta-ainda-e-desafio>. Acesso em: 03 maio 2019.

a concepção de que a propriedade é uma extensão da casa, faz com que não haja a separação das atividades exercidas nos diferentes ambientes, sendo ambas consideradas como trabalhos domésticos.

Do mesmo modo, a visão dualista de masculino e feminino configura as concepções de trabalho “leve” e “pesado”, as quais são culturalmente determinadas, baseando-se na perspectiva social observada. Em outras palavras, trata-se da posição dos realizadores na hierarquia familiar, e não das características do trabalho em si, que configuram as atividades como leves (baixa remuneração) ou pesadas (PAULILO, 1987). Embora homens e mulheres exerçam trabalhos pesados, as atividades consideradas mais proeminentes são de domínio masculino. O que explica a razão que leva as mulheres a continuarem sendo invisibilizadas mesmo exercendo papéis significativos na produção agrícola.

Conforme Neves e Medeiros (2013), as atividades das mulheres do campo não estão limitadas apenas aos trabalhos domésticos e de cuidados, dado que executam atividades na produção de alimentos. Sendo assim, percebe-se que o cenário rural brasileiro explicita o muito trabalho e o pouco reconhecimento de suas mulheres. Visto que, embora desempenhem importantes papéis na produção agrícola e se dediquem integralmente às atividades da família e da propriedade, por muitas vezes, permanecem no anonimato, não sendo reconhecidas na condição de camponesa ou agricultora familiar, enfrentando assim, a invisibilidade social e a falta de reconhecimento como cidadãs e como trabalhadoras, em razão das diversas desigualdades que configuram suas realidades. Como afirma Butto *et al.* (2014, p. 102):

[...] a casa é colocada como o local da mulher, onde as atividades realizadas são consideradas o não-trabalho. A criação de pequenos animais, a plantação de fruteiras e a reprodução social da família têm valor social menor se comparadas às tarefas masculinas. Mesmo sendo atividades essenciais para o autoconsumo familiar e para o abastecimento do comércio local, as tarefas das mulheres são entendidas como trabalho leve ou como um não-trabalho. Essa oposição ou separação se expande nas diversas tarefas realizadas por elas no meio rural. Mesmo tarefas feitas no roçado - como a colocação de sementes nas covas ou até mesmo o pastoreio do gado - são consideradas trabalho leve, já que em muitos casos estas são realizadas por mulheres e jovens.

Como enfatiza Melo (2006), na esfera mundial, as mulheres são responsáveis pela produção de mais da metade dos gêneros alimentícios. Desta forma, vemos que as sujeitas do campo manifestam uma contribuição bastante considerável no que diz respeito à produção de alimentos básicos, os quais provém, na maioria das vezes, de seus quintais.

Esses quintais são pequenos terrenos próximos às moradias, onde são cultivadas plantas para fins alimentícios, bem como medicinais, ornamentais, entre outros. Pode haver também a criação de animais de pequeno porte. Tais espaços, contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar⁴ e qualidade de vida dos (as) produtores (as) rurais e de seus familiares, visto que consomem os produtos dali oriundos (ALMEIDA *et al.*, 2014). Tendo em vista que comumente são as mulheres que ficam encarregadas pelo cuidado e manutenção dos quintais, vemos o quanto o trabalho por elas exercido é importante para a economia familiar, embora não seja monetizado

Considerando que as mulheres estão intimamente ligadas à produção de alimentos para o autoconsumo, elas apresentam vasto conhecimento sobre o manejo e cultivo de seus produtos, conservando assim grande parte dos saberes tradicionais. Como destaca Pacheco:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar. (PACHECO, 2002, p. 20).

Desta forma, vemos que mesmo as atividades desenvolvidas pelas mulheres do campo sendo essenciais para a soberania alimentar⁵, para a qualidade de vida daqueles que os cercam, para a economia familiar, para a conservação dos saberes tradicionais e da biodiversidade agrícola, dentre outros, ainda há a desvalorização de seus trabalhos. Sendo assim, torna-se necessário destacarmos as atividades por elas desenvolvidas, evidenciando sua importância para o meio ambiente e para a sociedade como um todo. Busca-se assim, trazer visibilidade às mesmas, a fim de romper com os ideais que reforçam as desigualdades sociais, não nos permitindo enxergar a relevância do feminino.

2.1.2 Posse das terras, remuneração e subordinação das mulheres do campo

Devido à natureza de competição de nosso atual sistema político-econômico, é inevitável que suas relações econômicas tenham por consequência a desigualdade social. Dado

⁴ Direito ao acesso de alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente para a garantia de uma vida saudável a todas as pessoas (ALEM *et al.*, 2015).

⁵ Poder de decisão sobre as práticas agrícolas e alimentares. Direito à alimentação saudável, reprodução dos saberes tradicionais e respeito/preservação da biodiversidade (ALEM *et al.*, 2015).

ao fato que sua conjuntura é pautada na propriedade privada dos meios de produção, bem como na busca excessiva de lucros e acumulações de riquezas. Neste sentido, aponta Lessa:

[...] o capital é uma forma de propriedade privada que não pode deixar de se expandir. Diferente da propriedade feudal, ou da propriedade de escravos, que poderia permanecer por séculos sem alterações significativas, o capital é uma forma de riqueza que apenas pode existir se servir para fazer negócios cada vez mais lucrativos. (LESSA, 1999, p.30).

Uma pesquisa denominada “Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil”, realizada pela Oxfam Brasil em 2016, apontou que menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do território brasileiro, as quais são marcadas pelo latifúndio e pelo agronegócio. Ou seja, em uma sociedade pautada no capitalismo, terra é sinônimo de poder.

A pesquisa ainda aponta que no Brasil, 8,1% das mulheres do campo são produtoras sem posse de terra, quase o dobro quando comparadas aos homens (4,5%). Semelhantemente 87,32% dos estabelecimentos rurais são de controle masculino, representando assim 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. Os dados apresentados também indicam que a maioria das mulheres proprietárias dispõem de áreas menores que 5 hectares.

Isto é, da mesma forma que a posse de terra aponta para as desigualdades sociais existentes, ela configura as desigualdades de gênero.

Os números citados acima nos permitem compreender o cenário de subordinação das mulheres do campo. Dado ao fato que a propriedade estando somente em nome de uma figura masculina, elas ficam presas a ideia que não terão direito sobre o território em que também são proprietárias. Tal noção configura a dependência da mulher do campo, visto a crença que não terá onde morar e nem condições financeiras para a manutenção de sua subsistência.

Deste modo, do ponto de vista econômico, a posse da terra e sua titularidade é essencial para a conquista da emancipação e do empoderamento das sujeitas do campo, uma vez que tal aquisição lhes concede autonomia econômica e jurídica, o que as possibilita de terem voz ativa dentro de suas propriedades, podendo assim decidirem o futuro de suas terras.

O rural brasileiro abrange aproximadamente 15 milhões de mulheres, o que equivale a 47,5% da população do campo (IBGE, 2015). De acordo com dados da PNAD do ano de 2002, 81% das mulheres rurais não possuíam renda monetária, visto que suas atividades na agricultura se enquadravam nas categorias de trabalho não remunerado e produção para o

consumo. Já no ano de 2015, em relação às mulheres do campo que não dispunham rendimento, o PNAD registrou um total de 30%.

Desta forma, quando comparamos os dados de 2002 com os de 2015, vemos que houve um avanço nesse aspecto, visto que 50,3% mulheres foram consideradas pela pesquisa como “economicamente ativas” (PNAD, 2015). No entanto, percebemos também que as desigualdades ainda se fazem presentes na vida das sujeitas do campo. Principalmente quando atentamos à economia rural, que desde sempre vem sendo marcada pela divisão sexual do trabalho. Caracterizando então a dependência da mulher, ao necessitar de um homem para sua existência; podendo assim reforçar a dominância do masculino sobre o feminino, bem como o silenciamento e invisibilidade das mulheres do campo.

Desta forma, a independência econômica, além de permitir que as mulheres sejam suas próprias provedoras e conceder a liberdade em tomarem suas próprias decisões, ela liberta as sujeitas de seus bloqueios e medos, assim emancipando-as. Importante destacar que a autonomia econômica se sobressai sobre a autonomia financeira, uma vez que engloba outros âmbitos sociais, como o acesso aos bens comuns, ao crédito, à previdência e aos serviços públicos, por exemplo (BUTTO *et al.*, 2014).

Sendo assim, para que possamos avançar positivamente nas questões abordadas acima, é necessário trazeremos o debate sobre gênero, a fim de provocar o pensamento crítico sobre a condição da mulher em nossa sociedade, e desmitificar a ideia de que as desigualdades sociais são naturais. Feito isso, estaremos contribuindo para a superação da invisibilidade e subordinação feminina.

A busca pela promoção da autonomia socioeconômica das mulheres é essencial para o alcance da igualdade entre os gêneros. A emancipação feminina, bem como seu empoderamento e protagonismo, são resultantes desta conquista. Mas o que significa de fato ter autonomia? Como é possível conquistá-la e/ou desenvolvê-la?

2.2 EM BUSCA DE UMA AUTONOMIA PARA AS MULHERES DO CAMPO

Em 1932 as mulheres brasileiras conquistaram seu direito ao voto, assim obtendo a garantia do sufrágio feminino pelo Código Eleitoral Brasileiro. Tal marco representou um grande triunfo para as mulheres que se organizaram, lutaram e persistiram, a fim de conquistarem um direito básico para o pleno exercício de suas cidadanias (MAGALHÃES, 2002).

Já no início dos anos de 1980, o discurso militar sobre o controle demográfico resultou em reações de novos agentes sociais; a exemplo do movimento feminista, que embora recém-estruturado – início na década de 1970 –, contribuiu com o debate ao apresentar posições sobre seus ideais. Tal movimento aspirava pela autonomia das mulheres sobre os seus corpos, bem como sobre as escolhas referentes à procriação. O controle sobre a fecundidade, a prática da anticoncepção, bem como a sexualidade feminina, foram os pontos defendidos para a garantia do direito à saúde e autonomia das mulheres em relação à prole (COSTA; GUILHEM; SILVER, 2006).

Sendo assim, nota-se que há tempo, movimentos de mulheres vêm lutando contra as desigualdades de gênero, buscando conquistar a liberdade e cidadania feminina, bem como denunciar as violências por elas sofridas. Tais movimentos, feministas ou não, ao lutarem pela emancipação feminina, bem como pelo protagonismo feminino no âmbito cultural, econômico, político e social, estavam atentando para a conquista da autonomia das mulheres.

Logo, torna-se notório que as relações de autonomia e dependência estão presentes e possuem impacto significativo em todas as relações sociais que nos cercam. Em sua obra, “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, Freire (1996, p. 35) afirma: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Mas o que é de fato autonomia?

Segundo o dicionário Aurélio, autonomia significa:

autonomia. [Do gr. *autonomía.*] S. f. 1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias. 3. Liberdade ou independência moral ou intelectual. 4. Distância máxima que um veículo, um avião, ou um navio pode percorrer sem se reabastecer de combustível. 5. Ét. Condição pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem a sua conduta. [Cf. nesta acepç., *autodeterminação* (2), *heteronomia* (2) e *liberdade* (11)]. (FERREIRA, 1999, p. 236).

Cabe salientar que o conceito de autonomia vem sendo historicamente construído, por intermédio de particularidades culturais, sociais, políticas e econômicas, assim configurando as sociedades (MARTINS, 2002). Nesse caso, a palavra “autonomia” está diretamente relacionada com autossuficiência, independência e liberdade. O termo refere-se ao conceito determinante da liberdade em que o sujeito administra sua vida, exercendo suas próprias escolhas. Tal liberdade é apontada como a independência do ser humano, o poderio de possuir autonomia e

espontaneidade. Vale destacar que, em conformidade com a ética, a liberdade está associada ao discernimento e responsabilidade de suas ações (MACKEIVICZ, 2010).

Ou seja, cada indivíduo é único. Cada qual apresenta preferências, ideais, emoções, vontades, modo de pensar e atuar, etc, de maneira singular. Desta forma, para que seja possível alcançar uma sociedade mais humana e igualitária, é necessário que haja o respeito entre as diferenças e a garantia do direito à liberdade a todas pessoas.

Como abordado, as mulheres eram – e ainda são – limitadas a desempenharem as funções a elas definidas, como a procriação, o cuidado com os filhos e a manutenção do lar. Vale destacar que, independentemente se a mulher trabalha fora ou não, as “obrigações femininas” ainda são de sua responsabilidade. Semelhantemente, embora as mulheres apresentem maior escolaridade que os homens (IBGE, 2016), há uma maior sobrecarga feminina, o que aponta para a necessidade da igualdade entre os gêneros; visto que tais disparidades as limitam de estudarem, se qualificarem e buscarem outras realizações profissionais, por exemplo.

Por conseguinte, devido à associação do masculino com a liderança e do feminino com a domesticidade, as terras são majoritariamente de predomínio masculino. Até mesmo a maioria das mulheres solteiras e ativas dentro da propriedade, não possuem as terras registradas em seus nomes. Tal realidade torna as mulheres sujeitas aos homens, visto que dependem deles para sobreviverem; uma vez que não possuem bens ou trabalho fixo remunerado, por exemplo. Sendo assim, evidencia-se a luta pela autonomia econômica da mulher, a legitimação de seu trabalho produtivo e a busca em reconhecê-la como agente capaz de modificar sua vida e a sociedade, como condições necessárias para o alcance da igualdade entre os gêneros.

No entanto, quando pensamos na aquisição da autonomia econômica das mulheres, nos encontramos diante a obstáculos, que embora bastante consolidados, devem ser superados. Butto menciona que a mulher do campo vivencia diversas restrições que dificultam sua conquista pela independência financeira, uma vez que:

[...] seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado. (BUTTO *et al.* 2014, p. 102).

É importante ressaltar que a dependência econômica é uma das razões que levam as mulheres a permanecerem em um relacionamento abusivo, visto que não denunciam seus agressores. Segundo a nota técnica “Violência doméstica e familiar contra a mulher” do Senado Federal, do ano de 2017⁶, 29% das mulheres entrevistadas apontam a questão financeira como um dos principais motivos que levam as mulheres a se silenciarem quando sofrem algum tipo de agressão. Das quais, 32% revelaram já terem sofrido violência doméstica. Em análise da renda média dessas mulheres, constataram que 33% delas não têm renda alguma, 24% recebem até dois salários mínimos.

Vale sublinhar que a conquista da autonomia feminina está relacionada à liberdade das mulheres do campo, uma vez que devem ocupar os espaços que quiserem e realizar as funções que desejarem. Não concerne no menosprezo do trabalho doméstico, pelo contrário, todas as atividades devem ser valorizadas, a fim de superar a hierarquia daquelas que apresentam algum retorno financeiro. Caso a mulher deseje ser dona de casa, ela está em seu direito de exercer tal função. A questão é que nenhuma mulher deve ser obrigada a cumprir papéis, historicamente estabelecidos, contra a sua vontade, apenas pelo fato ter nascido com o aparelho genital feminino.

É importante destacar que as concepções de ideais de feminino e masculino, as quais reforçam a invisibilidade e subordinação das mulheres, têm por consequência uma menor participação social e política das mesmas. A falta de autonomia dessas mulheres obtém como resultado a pouca ou nula participação feminina em âmbitos fora do cenário familiar (SOUSA e GUEDES, 2016).

Um exemplo de tamanha disparidade é que, embora o artigo 10º, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/97 assegure a participação de no mínimo 30% de mulheres para cada partido ou coligação nas eleições, no Brasil apenas 10,5% dos parlamentares em exercício são mulheres (IBGE, 2017). Tal situação se agrava ainda mais quando pensamos nas sujeitas do campo.

Desta forma, as mulheres do campo são pouco ouvidas e representadas. Do mesmo modo que acaba dificultando o amparo social adequado àquelas que necessitam. Trata-se de um ciclo vicioso. E, uma vez que a individualidade dos representantes impacta diretamente sobre a natureza das políticas públicas que serão concretizadas, a ausência de vozes femininas ativas

⁶ SUCASAS, F. Dependência econômica é um dos motivos para que uma mulher permaneça em um relacionamento abusivo. *In: ESTADÃO*. [S.l.], 07 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-dependencia-economica-e-um-dos-motivos-para-que-uma-mulher-permaneca-em-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 10 maio 2019.

na política ou em organizações sociais, como sindicato, associações, cooperativas, ente outros, dificulta ainda mais a superação das desigualdades de gênero.

Sendo assim, para que as mulheres venham a conquistar cada vez mais seus espaços em todos as esferas da sociedade, é necessário nos contrapormos à noção de inferioridade do sexo feminino. É primordial que as mulheres se enxerguem tão capazes quanto os homens, a fim de que se libertem da subordinação masculina, tornando-se independentes e alcançando seus objetivos. Pois quando uma mulher se empodera, ela assume seu poder individual, seja no âmbito social, político ou econômico, incluindo a agricultura familiar.

Logo, para que possamos conquistar tal autonomia, se faz necessário estimularmos o processo de emancipação feminina. Como aponta Christo (2001 apud PEDRO e GUEDES, 2010, p. 5):

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher.

Portanto, a conquista da autonomia das mulheres do campo está relacionada à superação da divisão sexual do trabalho, o reconhecimento que tanto homens quanto mulheres podem realizar as mesmas tarefas e ocupar os mesmos cargos, a visibilidade e a valorização do trabalho produtivo e reprodutivo e o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres do campo, sendo capazes de proverem seu próprio sustento e decidirem a melhor forma de fazê-lo. A qual não é pensada, unicamente, com o acesso à renda, mas a trabalhos e salários dignos, bem como aos serviços públicos e à previdência social.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA PELAS MULHERES DO CAMPO

Para que a superação das desigualdades e a promoção do desenvolvimento integral e da emancipação dos (as) educandos (as) seja factível, faz-se necessário o reconhecimento da educação como uma prática social e política de empoderamento (LEMOS *et al.*, 2015). Tendo em vista que o ambiente escolar é um espaço de visões e costumes, como também a confirmação de preconceitos (CANDAU, 2012), os quais são reflexos de uma sociedade da qual suas influências estão enraizadas em sua cultura.

Desta forma, cabe sublinhar que a opressão social está diretamente vinculada à opressão cultural, a qual tem por consequência a chamada *invasão cultural*. Tal termo expressa que a opressão corrobora para que as minorias não reflitam sobre a situação em que se encontram e se reconheçam como inferiores, consolidando a ideia de superioridade de seus invasores. E, uma vez que a invasão cultural faz com que a realidade dos (as) sujeitos (as) seja percebida através da perspectiva de seus opressores, tal estrutura constitui a *cultura do silêncio*, onde os invadidos vivenciam uma situação de dominação, coisificação e alienação. (Freire, 1983).

Por conseguinte, pode-se compreender o que leva as desigualdades de gênero a permanecerem até os dias atuais; uma vez que, ao pensarmos a respeito das relações sociais de opressão, bem como na necessidade de libertação dos (as) sujeitos (as), estamos incluindo a luta das mulheres pela igualdade. Como menciona Freire (2001):

Foi exatamente minha preocupação com o processo de transformação do mundo, no qual incluo obviamente a luta das mulheres, a reivindicação das mulheres, que me levou a focalizar o que acredito ser a questão central de classe. Eu acreditei que a palavra *transformação* implicava num interesse em classe maior do que o individual ou o interesse sexual. Em outras palavras, a libertação deveria ter lugar para homens e mulheres e não apenas para homens ou para mulheres ou para as pessoas negras e de linhas étnicas. (FREIRE, 2001, p. 262).

Neste contexto, enquanto educadoras e educadores, torna-se necessário tratar das especificidades de opressão, buscando desenvolver estruturas pedagógicas fundamentais para a libertação desses (as) sujeitos (as). Freire, em seu livro “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1996), aponta que mulheres e homens são históricos e inacabados, sendo os únicos seres que, social e historicamente, se tornaram capazes de aprender. Para ele, aprender significa constatar para mudar. Logo, as práticas educativas não podem ser neutras, mas sim dispor da qualidade de ser política, uma vez que, na visão Freiriana, a conquista da autonomia requer a libertação das estruturas opressoras. (FREIRE, 1983 apud ZATTI, 2007).

Freire ressalta também que nossa inteligência é fundamentada no processo de conhecer, de modo que ensinar inexistente sem aprender e vice-versa. Portanto, para que possamos compreender as especificidades do outro, temos que desempenhar o exercício de superação das discriminações, afim de que verdadeiramente consigamos escutá-lo. Como aponta o autor (1996):

Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. (FREIRE, 1996, p. 76).

Semelhantemente, o autor destaca que a “pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiência respeitosa da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 67). Ou seja, apesar de ser uma condição fundamental para os seres humanos, a autonomia requer ser alcançada; tendo em vista que, estando relacionada à noção de dignidade, nenhuma pessoa é naturalmente autônoma. Desta forma, “a autonomia deve ser conquistada, construída a partir das decisões, das vivências, da própria liberdade” (ZATTI, 2007, p. 53).

Por consequência, percebe-se que a educação necessita promover uma formação apropriada para a autonomia dos educandos. Tal primordialidade fundamenta os motivos que levam a Educação do Campo, com seu caráter de transformação social, a ser uma importantíssima ferramenta para a redução das desigualdades de gênero, bem como para a conquista da autonomia das mulheres do campo. Tendo em vista seu reconhecimento pela necessidade das superações das relações de opressão, sua promoção do diálogo e reflexão sobre os ideais de feminino e masculino, a fim de promover a criticidade, vemos que a Educação do Campo está fundamentada na pedagogia Freiriana (LEMOS *et al.*, 2015).

Logo, tendo em vista tudo o que foi abordado acima, torna-se notório que os (as) educadores (as) do campo possuem um papel importantíssimo na superação das desigualdades de gênero. E, uma vez que “ensinar exige criticidade” (FREIRE, 1996, p. 17), o papel do docente é elementar para a promoção da inserção crítica do sujeito a respeito da realidade que o cerca, a fim de desnaturalizar os princípios de opressão. Assim libertando seus educandos para além de uma consciência crítica, uma atitude crítica.

Ao encarregar-se de práticas educacionais emancipatórias, a Educação do Campo, ao intentar para a valorização dos (as) sujeitos (as), busca ouvi-los (as), dando voz às suas singularidades. Ao realizar este exercício, se torna possível a compreensão de suas realidades, bem como o conhecimento das relações que permeiam suas vivências. Desta forma, o (a) educador (a) do campo, ao atentar para aqueles que não são ouvidos e nem valorizados, propicia a estruturação de referenciais que apontem para uma sociedade mais justa e igualitária (MACIEL, 2011).

Semelhantemente, vale destacar que a Educação do Campo, por estar vinculada a movimentos sociais, acaba proporcionando diferentes espaços de diálogo para a reflexão a respeito das temáticas por ela abordadas. E, uma vez que o ambiente escolar não é o único espaço de confirmação de preconceitos, bem como de produção e desconstrução de saberes; ao colaborar com/desenvolver projetos, conferências, reuniões comunitárias e sindicais, entre outros, a Educação do Campo amplia ainda mais suas estratégias para dialogar a respeito das diversas questões que permeiam as desigualdades de gênero. Porquanto, ao ocupar outros ambientes, outros (as) sujeitos (as) são envolvidos (as), assim percebendo e assumindo sua responsabilidade em contribuir para a superação das opressões (LEMOS *et al.*, 2015).

Portanto, vemos que o campo não se limita apenas à produção agrícola, mas estende-se como um ambiente de complexas relações pessoais e sociais entre os (as) sujeitos (as). E, tendo em vista que a Educação do Campo busca a valorização daqueles que historicamente vêm sendo marginalizados, as mulheres estão compreendidas neste aspecto, uma vez que embora desempenhem papéis fundamentais dentro de suas propriedades, seja no cuidado com a casa e com os filhos, seja na produção de alimentos; continuam sendo invisibilizadas.

Vale frisar que a Educação do Campo estimula o modelo de agricultura agroecológica (SOUSA, 2017), o qual reconhece e valoriza o trabalho das mulheres do campo, enfatizando o papel delas na produção de alimentos, na preservação da biodiversidade e na garantia da segurança e soberania alimentar. É importante sublinhar que a agroecologia não se configura apenas pela adoção de práticas sustentáveis, visto que sua agricultura abrange âmbitos ambientais, energéticos, culturais, sociais, éticos e políticos.

Desta forma, os (as) docentes deverão reconhecer a dimensão e a seriedade do que realmente é ser um (a) educador (a) do campo. Trata-se de promover uma educação que intente à formação integral do indivíduo, pautada na liberdade, igualdade e equidade. Ao buscarem ferramentas pedagógicas que visem o desenvolvimento crítico, bem como a emancipação dos (as) sujeitos (as), estarão proporcionando a valorização e visibilidade das mulheres do campo, tendo por consequência a conquista de suas autonomias. É por esta razão que as Licenciaturas em Educação do Campo, se preocupam em englobar as questões sociais que precisam ser superadas, uma vez que a educação é a ferramenta mais poderosa para mudar a realidade que nos cerca.

3 MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, SANTA CATARINA

Rio Negrinho, embora seja considerado pelo IBGE (2017) como um município intermediário, devido à sua densidade demográfica, tamanho da população e localização e acessibilidade aos centros urbanos mais estruturados; quando analisado pelos critérios propostos por Abramovay (2000), Veiga (2002, 2004) e Verde (2004) conforme citado por Munarim, Schmidt e Peixer (2016), por possuir menos de cinquenta mil habitantes, combinado a uma densidade demográfica inferior a oitenta habitantes por quilômetro quadrado, é tido como essencialmente rural.

Tal discussão, a respeito dos modos em que se configuram a classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, demonstram a necessidade em repensarmos as definições de urbano e rural. Ao tomarmos por conhecimento que o município de Rio Negrinho é menos urbano do que parece, percebemos a imprescindibilidade, tal como a ausência de Políticas Públicas voltadas para a sua realidade.

Da mesma forma, o debate contribui para a reflexão a respeito das escolas do campo, visto que o reconhecimento do município como essencialmente rural demonstra que as escolas de Rio Negrinho são escolas do campo, embora não sejam consideradas como tal. Avaliar as instituições escolares do município como urbanas, implica dizer que o estudante de Rio Negrinho apresenta particularidades semelhantes aos estudantes de grandes centros urbanos.

Sendo assim, para que sejam pensados métodos, materiais didáticos, projetos político-pedagógicos, etc, de acordo com as especificidades do município e os interesses de seus cidadãos, é imprescindível atentarmos para tal discussão. Rio Negrinho, tal como o povo rionegrinhense apresenta suas singularidades, as quais são fortemente marcadas por sua história e tradições. Desta forma, ao pensarmos em uma educação que seja adequada a seus municípios, precisamos levar em consideração suas especificidades (MUNARIN e SCHMIDT, 2014).

Logo, torna-se claro que os municípios rurais se diferem dos municípios urbanos. E essa diferença se faz presente não apenas no quesito infraestrutura, mas também nas relações sociais dos sujeitos. Assim sendo, a fim de que possamos melhor compreender o ambiente estudado, bem como refletirmos a respeito de sua relação com a temática aqui abordada, se faz necessário tomarmos suas particularidades por conhecimento.

Este capítulo foi pensado a fim de caracterizar as especificidades de Rio Negrinho, tal como sua relação com o estudo realizado. Serão apresentados alguns aspectos gerais do

município, um breve relato histórico, além da abordagem sobre o meio rural e a agricultura, introduzindo assim, a realidade das mulheres do campo no município.

3.1 ASPECTOS GERAIS

Segundo o Perfil Socioeconômico de Rio Negrinho (2015), o município está localizado na Região Norte do estado de Santa Catarina, entre as duas maiores rodovias federais, estando a 40 quilômetros da BR-116 (Mafra-SC) e a 70 quilômetros da BR-101 (Joinville). Da mesma forma, Rio Negrinho usufrui da rodovia SC112, a qual atravessa todo o interior do município para interligar-se com a rodovia BR-470.

Figura 1- Localização do município de Rio Negrinho.



Fonte: Wikipédia (2019).

Estando situado a 792 metros de altitude, Rio Negrinho apresenta coordenadas geográficas de Latitude: 26° 15' 18" Sul e Longitude: 49° 31' 9" Oeste. Pertencente a microrregião São Bento do Sul e a mesorregião Norte Catarinense, conforme seu Perfil Socioeconômico, o município faz divisa com Rio Negro (PR), Rio dos Cedros (SC), Doutor Pedrinho (SC), Mafra (SC), Itaiópolis (SC) e São Bento do Sul (SC).

Sua área territorial corresponde a 908 km². De acordo com o último censo (IBGE, 2010), o município possuía 39.846 habitantes, tendo por densidade demográfica 43,93 hab/km². Dos quais, 19.869 eram mulheres e 19.977 homens. Sendo que 5.224 pessoas pertenciam à área

considerada rural de Rio Negrinho. A religião predominante é a católica, seguida da evangélica e da espírita. Tem influências, devido sua colonização, das culturas alemã, italiana, polonesa e portuguesa. A população estimada para 2019 era de 42.302 pessoas.

Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, o município apresenta clima temperado - mesotérmico úmido e temperatura média anual de 18° C, dentro de uma variação entre 3° e 33° ao longo do ano. Seu sistema hidrográfico abrange o Rio do Salto, o Rio Preto, o Rio Negro, o Rio Negrinho, o Rio dos Bugres, o Rio Corredeiras, o Rio Serrinha e o Rio Bituva.

A economia do município está atrelada aos setores da indústria, serviços, agricultura e comércio. Dentre os tais, o setor mais produtivo é o da Indústria, embora haja um aumento significativo da produção agrícola nos últimos anos, a qual é caracterizada pela agricultura familiar.

Com a Represa localizada no distrito de Volta Grande, o Trem da Serra do Mar (Maria Fumaça) e o Natal de Rio Negrinho, o turismo tem uma pequena parcela de contribuição na economia do município. Seu PIB (Produto Interno Bruto), de acordo com o IBGE de 2017, foi de 25.989,31 e seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do ano de 2010 foi de 0,738, estando configurado como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio – entre 0,7 e 0,799. Tal índice abrange indicadores que compreendem os âmbitos educação, renda e saúde/longevidade. Seu indicador varia de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1 estiver o IDH de um local, seja município, estado ou nação, melhor a qualidade de vida de sua população. O IDHM, em específico, é utilizado para comparar os territórios nacionais entre si.

Entre as atrações turísticas do município estão: o Ecoturismo, o Roteiro dos Móveis, o Roteiro Rural, o Roteiro Colonial Trem à Vapor (Maria Fumaça) e o Turismo Histórico e Cultural. Dentre algumas festas e eventos estão: o Rodeio Crioulo, o Motocross – Catarinense, a Festa de Santa Rita de Cassia, a Mostra de Danças, a Festa Polonesa da Primavera, a Festa Germânica – Oberlandfest, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, o Natal Encantado, entre outros.

3.2 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

De acordo com a obra “História de Rio Negrinho” (2012), do autor e professor Dr. José Kormann, o município de Rio Negrinho não possuiu uma data de fundação precisa, sendo 24 de abril de 1880 o dia estabelecido. O motivo pelo qual o escolheram sucedeu pelo fato que em 1880 instalou-se em Rio Negrinho o acampamento dos construtores da Estrada Dona

Francisca. Já o dia 24 de abril deu-se em homenagem a data de nascimento de Jorge Zipperer, que juntamente com Willy Jung, fundou a Móveis Cimo.

A primeira povoação fundada no planalto norte foi a de São Bento do Sul em 1873, o que fez com que Santa Catarina tomasse por propriedade o território que o governo do estado do Paraná dizia a ele pertencer. E foi justamente por esta disputa de terras que o Governo Imperial, por influência da política de Santa Catarina, construiu a Estrada Dona Francisca.

Em 1880 os construtores desta estrada, instalaram seu acampamento às margens do Rio Negrinho, o que deu início ao município, uma vez que com a vinda desses homens, foram abertas uma sapataria, uma hospedaria e uma casa comercial. Em 1913 teve a inauguração da estrada de ferro a qual passava pelo município, agilizando assim o desenvolvimento do mesmo.

No ano de 1918 ocorreu a instalação do complexo industrial, dando início a grandiosa Móveis Cimo S/A, a maior fábrica de móveis da América Latina e famosa por todo o mundo. A qual anos mais tarde veio a falência pelos mais variados motivos, a exemplo da morte de Martim Zipperer, bem como a decadência e transferência de capital que dificultava a expansão.

Nesta mesma época veio para Rio Negrinho um comerciante chamado Bernardo Olsen, a qual se tornou um riquíssimo empresário trabalhando com exportação de madeira e com indústria de papelão.

A primeira comunidade do município foi a Colônia Olsen, ao redor da Capela de São Pedro, a qual deu origem a primeira escola oficial de Rio Negrinho, Escola Paroquial de Colônia Olsen. Em seguida originou-se a segunda comunidade, Rio Negrinho, Cidade. E por fim Volta Grande, Cerro Azul e Rio do Salto.

O município tinha outros nomes, a exemplo de Santa Maria, São Pedro e Irani. Há uma hipótese que o nome atual se deu pela estação ferroviária, a qual era chamada de Rio Negrinho.

O município desmembrou-se de São Bento do Sul no ano de 1953.

3.3 O RURAL, A AGRICULTURA E O LUGAR DAS MULHERES DO CAMPO

Conforme os dados oficiais do Censo Agropecuário 2017, o município de Rio Negrinho possui 824 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 58.489 hectares. Segundo o levantamento, 72,21% dos estabelecimentos foram classificados como de

agricultura familiar⁷ (IBGE, 2017). No estudo publicado em 2006, 73,82% do total dos estabelecimentos (787 unidades) pertenciam a mesma categoria, o que indica um aumento de 37 UPF (Unidade Produtiva Familiar).

Vale destacar que, no ano de 2006, a categoria de agricultura familiar ocupava somente 16% do total das terras, sendo que os 26,18% demais estabelecimentos não familiares ocupavam 84% dos solos (IBGE, 2006). Em 2017, por sua vez, 18,34% das terras eram concernentes à agricultura familiar, ao passo de 81,66% não familiares. Segundo o extensionista da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) do município, dentre o percentual de 81,66%, estão os estabelecimentos destinados para o reflorestamento e lavoura de grãos.

O Censo Agropecuário de 2017 aponta ainda que, deste total de unidades, 504 adotam a codireção do estabelecimento. Vale destacar que a direção do estabelecimento é dada como codireção “quando o casal declaradamente dividiu as responsabilidades sobre a direção do estabelecimento, ou seja: quando ao menos parte das atividades realizadas no estabelecimento tenha ocorrido segundo decisões adotadas por ambos” (IBGE, 2018, p. 19).

Por sua vez, os dados do Censo de 2006 a respeito da direção do estabelecimento se davam pelo sexo do produtor ou administrador, não havendo a possibilidade de codireção. Naquele ano, os resultados apontaram a direção masculina de 715 estabelecimentos, ao passo de 72 direções femininas.

A pesquisa mais recente também apresenta a quantia de 284 estabelecimentos onde há a direção de um “produtor titular diretamente”, ou seja, quando “a direção dos trabalhos estivesse sob a responsabilidade de, pelo menos, um dos produtores do estabelecimento. Neste caso, indagou-se ao informante sobre sua idade, sexo e escolaridade [...]” (IBGE, 2018, p. 19). No que concerne o sexo para Rio Negrinho, foram computados 221 homens e 63 mulheres.

Há também dados em relação ao sexo do “produtor através de um encarregado ou pessoa com a qual tinha laços de parentesco”, o qual é considerado quando “a direção dos trabalhos fosse responsabilidade do produtor, mas este utilizava uma outra pessoa no acompanhamento diário das atividades” (IBGE, 2018, p. 19). Neste caso, ainda para Rio Negrinho, apresenta-se 20 homens e 3 mulheres (IBGE, 2017).

As diferenças entre as metodologias do Censo de 2006 e de 2017, dificultam a comparação entre ambos em relação ao número de mulheres que participam da direção de UPF

⁷ Conforme Lei 11.326, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

em Rio Negrinho. Ou seja, dentre os 787 estabelecimentos existentes em 2006, é provável que alguns fossem gerenciados pelo casal, embora tenha sido representado apenas pelo homem ou pela mulher. Da mesma forma, no que tange os dados apresentados em 2017, seria interessante compreender, de fato, como se dá a codireção nos estabelecimentos. Pode representar um avanço na igualdade de gêneros no meio rural ou, por outro lado, significar uma camuflagem da situação.

De acordo com o Sistema Integrado de Informações Agropecuárias de Santa Catarina – INFOAGRO (2019), o município possui uma área plantada de 10.270 ha. Ainda conforme o Perfil Socioeconômico de Rio Negrinho (2015), o setor de agricultura, apresenta as seguintes produções: arroz, batata inglesa, feijão, fumo, mandioca, milho, soja e trigo. Em relação ao setor de pecuária, temos: bovinos, equinos, bubalinos, asininos, muares, suínos, caprinos, ovinos, frangos, codornas, coelhos, vacas ordenhadas, ovinos tosquiados, leite de vaca, ovos de galinha, ovos de codorna, mel de abelha e lã. Já no setor de extração vegetal e silvicultura, o município apresenta as seguintes extrações: erva-mate cacheada, pinhão, carvão vegetal, lenha e madeira em tora.

Em 2017, das 824 unidades, 771 não faziam o uso da agricultura orgânica, ao passo que 53 a desempenhavam. Das quais 43 utilizavam as técnicas na produção vegetal, 4 para a produção animal e 6 para a produção vegetal e animal. É importante sublinhar que a pesquisa considerou como orgânico, os estabelecimentos que “foram adotadas práticas de produção agropecuária que não utilizassem insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem ou outros), ou outra medida para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente” (IBGE, 2018, p. 25).

Vale frisar que o IBGE aceita a auto declaração, ou seja, a informação dada pelo (a) respondente é válida. Sendo assim, é provável que alguns (as) produtores (as) afirmem desempenhar a agricultura orgânica por produzirem para o consumo próprio e não utilizarem venenos. Desta forma, cabe elucidar a descrição de agricultura orgânica adotada pelo MAPA (Ministério da Agricultura):

Pela legislação brasileira, considera-se produto orgânico, seja *ele in natura* ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte

de organizações de controle social cadastradas no MAPA, que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores. (MAPA, 2019⁸).

Em relação ao cadastro do MAPA referente ao ano de 2019, o município apresenta o total de 5 produtores cadastrados, sendo 4 mulheres e 1 homem. Tal dado aponta que se tratando de alimentos orgânicos em Rio Negrinho, a representatividade feminina se faz evidente. Para Karam (2004), as agricultoras desempenham atividades fundamentais em todos os processos que acometem a transição do modelo de agricultura convencional para os modelos de produção sustentável. São elas que, na maioria das vezes, assumem o papel de pioneiras ao buscarem implementar o novo dentro de suas propriedades.

Vale salientar que a receptividade das agricultoras em realizar outras formas de produzir, estimula a reflexão sobre a necessidade em aderir outros modelos de agricultura. Desta forma, ao ponderarmos novas ruralidades, as quais visam o bem-estar social, tal como o desenvolvimento rural sustentável, vemos o quanto as mulheres do campo são influentes para este processo, uma vez que, como já abordado, contribuem significativamente para garantia da segurança e soberania alimentar.

No que concerne às atividades desenvolvidas pelos (as) produtores (as) no município, a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho desenvolveu no ano de 2011, a partir da demanda dos (as) agricultores (as) locais, o projeto “Feira da Agricultura Familiar”, o qual conta com a parceria da Secretaria de Agricultura. A feira ocorre no Espaço Gastronômico no Centro Cívico, aos sábados durante o período da manhã; e também todas as quartas-feiras, das 15h às 18h30, nos demais bairros.

É neste ambiente que produtoras e produtores montam suas barracas a fim de comercializarem seus produtos, como frutas, verduras, mudas de flores ou árvores, pães, tortas, bolachas, geleias, nata, requeijão, pirogue⁹, entre outros. Como veremos a seguir, a feira, além de ser uma fonte de renda para as famílias do campo, torna-se um meio de trazer visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras, as quais produzem e comercializam seus produtos.

Vale destacar que as demais questões que envolvem as mulheres do campo do município, como as principais atividades por elas desenvolvidas, e a representatividade feminina em organizações sociais e políticas no município, serão abordadas no capítulo que está por vir.

⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Orgânicos**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em 15 jul. 2019.

⁹ Pastel cozido - prato típico polonês trazido pelos imigrantes de Santa Catarina.

4 CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO DE RIO NEGRINHO

Para permitir compreender o processo de construção da autonomia feminina no município de Rio Negrinho, conforme já explicitado na introdução deste trabalho, foram ouvidas cinco mulheres, além de outros/as informantes considerados qualificados para a pesquisa (pessoas ligadas à organizações de agricultores/as, de assistência técnica e extensão rural, cooperativa, etc). O número de mulheres se deu a fim de que fosse possível realizar um trabalho mais aprofundado com as agricultoras escolhidas. Com o propósito de ouvir uma instituição escolar, para perceber como a educação vem se manifestando em relação a esta temática, houve a colaboração do gestor de uma escola do município. Da mesma forma, a fim de tomar por conhecimento o protagonismo das mulheres do campo em um contexto mais amplo, entrevistei um representante de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de Rio Negrinho.

Em relação a escolha das agricultoras, buscou-se identificar mulheres do campo que são vistas como exemplos de autonomia feminina no município; as quais se reconhecem como agricultoras e entendem o valor de suas atividades, bem como, suas significativas influências no âmbito da agricultura familiar. Através de indicação de profissionais da EPAGRI de Rio Negrinho, chegou-se à cinco mulheres bastante conhecidas e influentes. Mulheres essas, que buscam conquistar cada vez mais seus espaços, ocupando os lugares que almejam. Tais agricultoras, com os seus modos de pensar e atuar, empoderam a si mesmas e às outras mulheres.

4.1 EXEMPLOS DE AUTONOMIA DE MULHERES DO CAMPO EM SUAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

As agricultoras entrevistadas foram dona Cecília de 53 anos, Simone de 61 anos, Alice de 40 anos, Marlene de 58 anos e Rosana de 42 anos. Os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade e a privacidade das partícipes. As famílias são compostas por duas ou três gerações. Das cinco propriedades visitadas, duas pertenciam à famílias de mãe, pai e filhos (as); enquanto as outras constituíam outros integrantes, como pai e mãe da produtora, genro, e netos (as).

Simone, Alice e Cecília moram na Colônia Olsen, no Vale do Rio Casa de Pedra. Suas propriedades medem respectivamente 66 ha, 35 ha e 3,1 ha. Já Rosana e Marlene residam na localidade Estância, e seus estabelecimentos medem respectivamente 2,8 ha e 5 ha. Em relação à titularidade das terras, duas delas estão no nome do casal, duas no nome do marido e uma no nome do pai da produtora, uma vez que moram no mesmo terreno. As terras cujo o título estão no nome do homem e da mulher, foram adquiridas pelo casal. Já entre as que estão no nome do marido, uma se deu por herança e outra por acerto relativo ao tempo de trabalho.

Nestas unidades, basicamente são os membros da própria família que trabalham. Sendo a propriedade de dona Alice tocada por ela e seu esposo; a de dona Cecília, por ela, seu esposo, sua filha e seu filho; a de dona Marlene, por ela, seu esposo e sua neta; e a de dona Rosana, somente por ela. Embora no estabelecimento de Simone trabalhem ela, sua filha e seu genro, duas moças ajudam no salão quando há algum evento em especial.

Tal conjunto de características, traduzem estas propriedades, assim como a maioria dos estabelecimentos agropecuários de Rio Negrinho (IBGE, 2017), como unidades de agricultura familiar. Porquanto, segundo a Lei da Agricultura Familiar (11.326/06), agricultor (a) familiar é aquele (a) que não dispõe de uma área superior a 4 módulos fiscais¹⁰, que a mão de obra e a administração de sua propriedade se dê, predominantemente, pela própria família e que possui o percentual mínimo de sua renda oriundo das atividades econômicas de sua unidade.

Quanto à produção, as famílias de Alice e Cecília trabalham com olerícolas em geral, além das demais culturas a depender da época, abrangendo assim uma grande variedade de produtos. Dentre as produções de Cecília, podemos citar: abóbora, alface, couve, alho-porro, chuchu, rúcula, entre outros. Já entre as de dona Alice, estão: tomate, aipim, milho, feijão, batata doce, batata salsa, entre outros.

Por sua vez, Simone cultiva amoras, verduras, tubérculos, entre outros, além de contar com a produção de peixes tilápia, ovos, galinhas e gado. Já a família de Marlene produz milho, leite, queijo, manteiga e nata, além de carne para o consumo, pois criam galinhas, porcos e gado de corte. Enquanto Rosana cultiva hortaliças, como alfaces e rúculas, e temperos, como a salsinha.

Como já mencionado os estabelecimentos analisados fazem parte da agricultura familiar, desta forma torna-se válido ressaltar a importância dos (as) pequenos (as) agricultores

¹⁰ Segundo o INCRA (2012), o Módulo Fiscal do município de Rio Negrinho (SC) equivale a 16 hectares.

(as) para a segurança alimentar dos (as) brasileiros (as). O Censo Agropecuário de 2006 apontou que a agricultura familiar produz grande parte dos alimentos consumidos no país, sendo responsável por 70% dos produtos (JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017). Ao passo que a agricultura familiar tem um papel fundamental na produção de alimentos, a agricultura convencional tem como principal finalidade o alcance de lucros abundantes (MARIANI e HENKES, 2014).

E, uma vez que o problema da fome se dá pela má distribuição e não pela escassez de alimentos (SINGER, 2002 apud TONIAL, 2009), torna-se notória a falseabilidade da justificativa utilizada pela agricultura convencional. Desta forma, vemos que a produção em larga escala e em grandes áreas de terra – as quais somam somente 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros (IBGE, 2006) –, não é resultante da necessidade em produzir alimentos a fim de alimentar a população brasileira, mas sim da maximização dos lucros.

Voltando à nossa discussão, em todas as propriedades as tomadas de decisões são executadas com a participação de todos (as) os (as) sujeitos (as) ativos da unidade. Da mesma forma, dentre as unidades visitadas, todas adotam a codireção, à exceção da propriedade de dona Rosana, onde apenas ela é a produtora; e de Simone, que por estar em processo de divórcio, é ela quem administra o estabelecimento. Tal realidade aponta para os dados, aqui mencionados, apresentados pelo Censo.

Vale destacar que embora essas mulheres representem o avanço da participação feminina no que diz respeito à direção das unidades rurais, não podemos tomar como realidade. A subordinação feminina, mesmo que de maneira singela, ainda se faz presente. Para que haja a superação das desigualdades de gênero no campo, torna-se imprescindível que as mulheres tenham voz ativa dentro de suas propriedades. Desta forma, tendo em visto as questões aqui abordadas, para que tal realidade seja deveras efetiva, ainda temos muito o que avançar.

Semelhantemente ocorre quanto a renda familiar. Em dois casos, a renda da família é conjunta. Já em outros, apenas a do casal é a mesma, visto que os (as) demais integrantes, como filho, filha, neta, neto, pai e mãe da produtora, possuem renda própria. Nas famílias onde há um caixa único, os (as) mais jovens não trabalham, seja dentro ou fora da propriedade. E sendo menores de idade, não participam da administração financeira da família.

Como já mencionado na introdução deste trabalho, a existência de um caixa único, por vezes, dificulta a autonomia dos (as) jovens do campo. A falta ou carência de recursos para sua subsistência, impossibilita o (a) jovem de seguir os rumos que desejar, detendo sua liberdade em tomar suas próprias escolhas. Nos casos onde a gestão financeira é plenamente de

responsabilidade masculina, há a afirmação das desigualdades de gênero. Uma vez que a falta de autonomia de moças e mulheres em tomarem suas próprias decisões, acarreta na dependência e submissão feminina.

Em relação à renda, em quatro das famílias entrevistadas, as atividades da unidade de produção familiar são a única fonte rentável. Em duas propriedades, além da produção animal e vegetal, há a implementação de outros estabelecimentos, sendo um café colonial e um salão de festas, os quais constituem a principal atividade da família. Ambos são administrados primordialmente pelas produtoras.

O fato de estarem à frente de seus estabelecimentos, gerenciando a parte financeira, bem como as atividades de suas unidades, as tornam exemplos de autonomia e independência. Tais produtoras são livres para tomarem suas próprias decisões, justamente por apresentarem condições que as possibilitam. Desta forma, a autonomia financeira é um passo primordial para o empoderamento feminino, uma vez que sua ausência acaba dificultando a conquista das mulheres pelos espaços almejados, visto as conjunturas de dependência em que se encontram.

Vale salientar que entre as unidades visitadas, podemos perceber uma multifuncionalidade do espaço rural e pluriatividade dos agricultores, visto que nesses estabelecimentos são desenvolvidas atividades para além das agrícolas e pecuárias; as quais são de extrema importância na composição da renda dessas famílias, uma vez que contribuem para a diversificação e complementação da mesma. Segundo Anjos (2003 apud GUZZATTI, 2010, p. 60):

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno.

A implementação dos estabelecimentos citados, por exemplo, apontam para essa pluriatividade, visto que promovem o turismo rural no município. Vale destacar que ambos são tidos como importantes destinos turísticos, estando mencionados no Perfil Socioeconômico de Rio Negrinho. Da mesma forma, as unidades visitadas apresentam autossuficiência na produção e na diversificação dos itens produzidos, como dona Simone menciona: “Nós quase nos auto sustentamos. Claro que às vezes precisamos de alguma coisa de fora. Mas a maioria vem daqui”.

As funções exercidas por essas mulheres dentro de suas propriedades, são as mais variadas. Podemos citar: compras, produção, plantio, colheita, comercialização, distribuição, administração, elaboração de cardápios, entre outras. Vale destacar que nas três unidades onde há a codireção, os maridos também participam dos processos mencionados, em alguns de modo mais ativo que os outros, a exemplo da produção, plantio e colheita.

Quatro delas comercializam seus produtos na Feira de Agricultura Familiar, do mesmo modo que duas os comercializam em seus estabelecimentos. Grande parte da produção de uma das agricultoras, é destinada a uma rede de supermercados do município. É importante frisar que, com exceção de última, as outras produtoras também comercializam seus produtos para as pessoas da comunidade local e / ou mercados.

Tais produtoras, ao comercializarem seus produtos sem a dependência de intermediários, estão realizando os chamados circuitos curtos de comercialização, os quais contribuem com a promoção do desenvolvimento socioeconômico para os (as) agricultores (as) familiares (SILVA, 2015). Essa relação direta na venda de suas culturas, permite às mulheres do campo uma maior participação no mercado, fomentando a autonomia feminina nas relações envolvidas. E, uma vez que participam de todo o processo, as agricultoras são reconhecidas e valorizadas pelo trabalho que desempenham.

No que concerne à produção, as propriedades de Simone, Alice e Cecília dedicam-se à produção de forma orgânica. Essas três produtoras estão cadastradas junto ao MAPA, e possuem o selo de certificação de produtos orgânicos. Tal certificação, de acordo com a Regulamentação da Produção Orgânica – Lei Nº 10.831/03, Decreto Nº 6.323/07 –, é o que as permitem comercializar seus produtos não somente nas feiras ou direto com o (a) consumidor (a), mas também em supermercados, restaurantes, indústrias, entre outros.

Essas três mulheres fazem parte da Associação de Desenvolvimento da Microbacia – Rio Casa de Pedra¹¹ e do Grupo de Agroecologia Vida Natural (GAVINA) do Planalto Norte de Santa Catarina¹². Simone também é vice coordenadora do projeto Acolhida na Colônia¹³, que abrange os municípios de Rio Negrinho, São Bento, Campo Alegre e Corupá.

¹¹ Entidade social desenvolvida e estruturada por agricultores (as), a qual conta com a contribuição de seus (as) associados (as) para a promoção do turismo rural da localidade. Sua sede está localizada na Colônia Olsen, no município de Rio Negrinho – SC.

¹² Grupo de agricultores (as) do município de Rio Negrinho - SC que fornece produtos orgânicos certificados.

¹³ Projeto que visa reconhecer, através do turismo rural ecológico, a agricultura familiar e o modo de vida dos povos do campo. Os (as) agricultores (as) associados (as) buscam promover a agricultura orgânica, preservando o ambiente e garantindo a qualidade de seus produtos.

Dona Simone aponta que embora estes grupos não sejam específicos para mulheres, há uma maior participação feminina do que masculina. Segundo ela, as mulheres estão presentes tanto na diretoria, quanto nas demais ocupações. Como trabalhado, a representação social e política é extremamente importante para o processo de emancipação feminina. Uma vez que, de acordo com às agricultoras entrevistadas, a participação das mulheres, exibe o quanto elas são capazes de ocuparem aqueles espaços. Isso ocasiona o empoderamento, tanto daquelas que estão à frente destes grupos, quanto aquelas que as tomam como exemplo.

Nas propriedades visitadas, a transição para a agroecologia aconteceu prioritariamente pelas mulheres. Tal fato sustenta o que abordamos em relação às agricultoras serem as pioneiras na implementação de modelos de agricultura sustentável.

Durante as entrevistas, tornou-se notório a preocupação de Alice, Cecília e Simone com a produção de alimentos saudáveis, bem como o reconhecimento da importância da agroecologia para o meio ambiente e para os seres vivos. Cecília aponta que além da melhoria na qualidade de vida, o manejo agroecológico e a produção de orgânicos impulsionaram as vendas, aumentando de maneira significativa a renda da família.

Vale destacar que Rosana não dispõe da certificação de orgânicos, mas realiza o que chamou de “Agricultura Limpa”. Segundo ela, embora o termo já tenha sido empregue para caracterizar a reciclagem das embalagens de agrotóxicos, a expressão é utilizada para se intitular uma agricultura que não utiliza insumos químicos.

Dona Cecília, relatou que foi através de sua participação no projeto ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) Mulheres em 2010, o qual contava com a presença de 160 mulheres, juntamente com as oficinas sobre manejo agroecológico, que a família decidiu começar a trabalhar com orgânicos. Da mesma forma, as outras duas produtoras que possuem certificação, dona Alice e dona Simone, mencionaram que os cursos que realizaram as fizeram refletir sobre seus modos de produção, optando assim por um modelo sustentável de agricultura.

Nós participamos do ATER mulheres, onde tivemos oficinas de manejo agroecológico. Foi depois do curso que despertou o interesse na agroecologia. No começo, meu filho disse que isso não daria dinheiro e que não valeria a pena. Mas depois que nós começamos a trabalhar com o orgânico, nossa renda melhorou muito. Até meu filho gosta de trabalhar com orgânicos agora. (Cecília, agricultora familiar).

Vale destacar que todas as mulheres ativas das propriedades participam dos cursos e oficinas a elas oferecidos, seja pela EPAGRI, pelo Sindicato Rural de Rio Negrinho, pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), pelo PRONATEC (Programa Nacional de

Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) Campo, pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), etc. Dentre os citados estão: oficinas e cursos de saúde do solo, horticultura orgânica, fruticultura, floricultura, piscicultura, olericultura, manutenção de alimentos, biscoitos, geleias, panificação e Jovem Empreendedor.

Embora seja uma eficiente ferramenta para o processo de emancipação feminina, inicialmente a ATER não via as mulheres como agentes ativas na produção da agricultura familiar, destinando a elas cursos de capacitação para a economia doméstica, assim reforçando os papéis historicamente construídos. Embora tenha sido estrutura na década de 1940, foi somente a partir do ano de 2004, com a criação de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que se começou a levar em consideração as discussões de gênero.

Como resultado da luta de mulheres rurais, deu-se início a Política Setorial de ATER para mulheres, a qual intentava para a promoção da agroecologia, tal como para a garantia de políticas públicas a elas voltadas. Logo, torna-se evidente o quanto a inclusão e qualificação das mulheres do campo são essenciais para o reconhecimento das agricultoras como produtoras, bem como para a superação da divisão sexual do trabalho. Desta forma, percebemos a importância da ATER para manutenção / superação das desigualdades de gênero e autonomia das mulheres do campo.

Vale o adendo que, após o ano de 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a DPMR deixou de existir (GODOI e AGUIAR, 2018). E, tendo em vista que se tratava de uma ferramenta essencial para o diálogo entre os interesses dos movimentos de mulheres rurais com o Governo, sua extinção vem comprometendo as políticas públicas voltadas para as especificidades das mulheres do campo, bem como para o alcance da igualdade entre os gêneros.

Como mencionado, todas as mulheres entrevistadas participam das oficinas a elas ofertadas, as quais não se limitam somente a uma capacitação de economia doméstica. Simone expôs o quanto os cursos dos quais participou, colaboraram para a concretização de seu salão de festas. Uma vez que permitiu que ela e sua filha abrissem os olhos e vissem que elas também são capazes. Já a filha de Cecília, por exemplo, desenvolveu um projeto do qual recebeu cerca de 10 mil reais para compra de materiais para a propriedade da família (Programa SC Rural do Governo do Estado¹⁴). Dona Alice enfatizou que sua participação no projeto ATER mulheres

¹⁴ Para conhecer mais sobre o SC Rural consulte: www.scrural.sc.gov.br

trouxe reflexões que a fez enxergar o quanto a luta das mulheres é significativa para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Da mesma forma, o projeto contribuiu para que três dessas agricultoras repensassem seu modo de produzir, optando assim em realizar a transição para a agroecologia. Logo, vemos que ao incluir as agricultoras em suas políticas, buscando o empoderamento e a autonomia das mesmas, a ATER acaba favorecendo os (as) demais sujeitos (as) envolvidos (as).

Em relação ao grau de escolaridade dessas agricultoras, uma possui ensino médio completo, três concluíram o ensino fundamental, enquanto uma possui o ensino fundamental incompleto. Vale salientar que as mulheres apresentaram o mesmo nível de escolaridade que seus maridos. Em comparação, todos os filhos, filhas, netos e netas das produtoras, com exceção daqueles que estão estudando, concluíram o ensino médio. Ao todo, apenas um filho, uma filha e uma neta possuem ensino superior completo. Em relação àqueles que estão estudando, todos, independentemente do sexo, desejam ingressar em uma faculdade. O neto de uma das produtoras pretende cursar agronomia, ao passo que sua neta almeja estudar medicina.

Em todas essas famílias, tanto as filhas e netas, quanto os filhos e netos tiveram a liberdade e a oportunidade em decidirem se desejariam continuar os estudos. Quanto a isso, Simone afirma que as mulheres dispuseram um grande avanço. Em suas palavras:

A gente era ‘podada’ desde criança. Diferente dos homens. Para o homem é um peso, para a mulher é outro. Principalmente no interior. Aqui era muito assim, eu sei porque sou do interior. Os homens poderiam escolher se queriam estudar, as mulheres não. No interior a mulher tinha que aprender a costurar, a tirar leite da vaca, a cozinhar e a cuidar de criança. Ela era limitada, não poderia ir além disso. (Simone, agricultora familiar).

Devido a existência de políticas públicas (que estão ameaçadas) voltadas para à democratização do ensino, as mulheres dos dias atuais têm maiores chances de ingressar no ensino superior ou técnico. Porém vale destacar que embora venham conquistando cada vez mais seus espaços dentro das universidades, ainda há muito o que avançar em relação ao percentual de participação feminina em pesquisas e lideranças científicas. Apesar do aumento significativo em relação ao número de mulheres formadas, não há uma equidade quanto aos postos de trabalho. E, uma vez que os papéis ideais para o masculino e feminino se fazem presentes, as mulheres ainda precisam lidar com os obstáculos resultantes dos estereótipos de gênero (SOBRAL, 2008).

Quanto ao desejo de permanecer no campo, quatro das entrevistadas disseram nunca terem cogitado migrar do meio rural para o urbano, uma vez que gostam do que fazem e da vida

que levam. Já Rosana, fez o processo contrário. Por uma busca de melhoria de vida, se mudou com a sua família para o interior, desistindo assim de seu emprego em uma farmácia, a fim trabalhar e vivenciar a realidade almejada. Rosana afirma que não se arrepende de sua escolha, pois o campo lhe proporciona uma maior liberdade, além de um estilo de vida mais saudável.

Em relação aos filhos (as), a filha de dona Cecília relata que, ao contrário de seu irmão, já pensou na possibilidade de ir para a “cidade”. O que a fez decidir permanecer, além da liberdade que tem em ser sua “própria chefe”, foram os orgânicos, pois afirma que caso sua família trabalhasse com a agricultura convencional, ela já teria desistido. Em relação a dona Simone, apenas sua filha quis permanecer no campo, dando continuidade às atividades da família. Já as filhas e filhos de dona Marlene optaram por exercerem outras atividades, embora auxiliem à família de vez em quando. Por sua vez, os filhos de Rosana não manifestam opinião formada sobre o assunto.

Como mencionado, o êxodo rural das jovens do campo é superior ao dos rapazes. Isso se dá também como resultado da busca por uma maior autonomia financeira e social, a fim de se desprenderem das subordinações por elas vivenciadas. É interessante pensar que da mesma forma que Rosana salienta que ir para o campo lhe assegurou uma maior independência; a liberdade que o meio proporciona, foi o que levou a filha de Cecília a querer permanecer no campo. Ou seja, as mulheres desejam ser livres. Logo, a emancipação feminina também contribui para a permanência dos (as) sujeitos (as) no campo, uma vez que ao superarmos as desigualdades de gênero estaremos contribuindo também para a não masculinização e envelhecimento do meio rural.

Das cinco mulheres entrevistadas, três dispõem de carteira de habilitação. Aquelas que não portam CNH, salientam que suas filhas apresentam tal documentação. Vale destacar que embora pareça sutil, o fato das mulheres dirigirem também aponta para um avanço na autonomia das mesmas, uma vez que antigamente eram os homens que majoritariamente possuíam habilitação. Embora ainda rodeado de jargões preconceituosos disfarçados de “piadas”, o exercício de dirigir possibilita que as mulheres não necessitem de uma figura masculina para se locomoverem, promovendo assim uma maior independência das mesmas.

Da mesma forma, todas as mulheres possuem conta e empréstimo em seu nome. Simone fez o uso do empréstimo para a construção de seu salão de festas, Marlene empregou na elaboração do café colonial, Rosana utilizou para a construção de sua estufa, Cecília empregou na compra de um implemento agrícola, ao passo que Alice utilizou em seus plantios. Nenhuma das mulheres relatou ter apresentado dificuldades em abrir ou gerenciar sua conta / empréstimo,

pelo contrário, Rosana, Alice e Cecília salientaram que por serem produtoras mulheres receberam maior apoio do banco onde realizam suas operações.

Todas mencionam que a estruturação de seus estabelecimentos só foi possível graças ao acesso ao crédito. Rosana sublinha que o fato de contarem com o apoio do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e pagarem juros mais baixos, o empréstimo não compromete tanto a renda da família. Da mesma forma aponta que o acesso ao crédito permite que a mulher comece um novo projeto, como foi o seu caso, e conquiste sua autonomia financeira. Semelhantemente, Cecília destaca que através do empréstimo a mulher já pode começar a produzir, uma vez que terá um espaço de tempo até começar a pagar. Alice também sublinha o quanto o empréstimo ajuda as produtoras com suas atividades, mas chama a atenção para que as mulheres atentem ao valor solicitado. Visto que se não conseguirem quitar suas dívidas, sua independência financeira estará comprometida. Marlene por sua vez, expõe o quanto o acesso ao crédito vem facilitando a vida das mulheres do campo. Como menciona:

Você tem acesso ao crédito para qualquer coisa hoje em dia. É só pagar certinho. Eu uso o dinheiro para investir na minha propriedade, seja em casa ou no café. E isso facilita muito meu trabalho. Antes eu tirava o leite das vacas com as mãos todos os dias. Hoje eu tenho ordenhadeira. Se eu não tivesse, pense como estariam minhas mãos. Quando eu comecei não tinha essas coisas. Quando eu dei início ao café, eu não tinha dinheiro para comprar térmicas e nem xícaras. Eu tive que emprestar de minhas vizinhas. Só com o passar do tempo que eu consegui comprar minhas próprias coisas. Hoje em dia tudo é mais fácil. Se você quer começar algo, você precisa de dinheiro. E o acesso ao crédito está aí para isso. Com ele você pode dar início ao que deseja, expandindo o seu negócio. Isso te permite conquistar a sua liberdade. Eu, por exemplo, me senti muito mais valorizada com a conquista de meu estabelecimento. (Marlene, agricultora familiar).

Como abordado, a autonomia financeira é crucial para a emancipação feminina. Desta forma, vemos o quanto o acesso ao crédito auxilia nesta conquista. Todas as produtoras entrevistadas são conhecidas pelas atividades que exercem. E, como percebemos, em todos os casos foi necessário o empréstimo para a concretização do que essas mulheres idealizaram. As quais com o passar do tempo, foram expandindo as produções de seus estabelecimentos e quitando suas dívidas.

Dona Simone, por exemplo, enfatiza o quanto a conquista de sua independência financeira foi essencial para sua emancipação. Para ela, as mulheres não devem se intimidar perante os obstáculos, mas precisam ter coragem para enfrentá-los. Em suas palavras:

Perder o medo e enfrentar. Se sentir capaz. Você é capaz. Você não é um ser inferior. Você é tão capaz quanto um homem [...]. Eu me separei para poder ir em frente. Ele

só me puxava para trás, ele não somava. Quando eu consegui a liberdade financeira, acabou o casamento. Mas eu não me intimidei por causa disso. As mulheres têm que saber o que elas querem, aonde elas querem chegar, o que elas querem. Elas, como ser humano. Não desmerecendo o homem, de jeito nenhum. Eles têm tantas qualidades como nós. Mas nós mesmos, o que nós queremos? Aonde nós queremos chegar? Ir em frente, não esperar pelo outro! Assim você realiza o seu sonho e vai em frente. Nós não somos menos, somos iguais. Os homens têm força, nós temos inteligência. Nós somos podadas desde criança. Para o homem é dado tal coisa, para mulher outra. (Simone, agricultora familiar).

Cabe salientar que embora o acesso ao crédito esteja mais acessível, ainda há um grande número de mulheres que não fazem o uso desta ferramenta. Visitei a cooperativa SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) de meu município, a fim de saber quantas mulheres possuem conta / empréstimo em seus nomes. Os dados que me foram disponibilizados são em relação às operações da PRONAF e demais linhas, de um ano para trás – data de 01/11/2018. Os quais apontam a participação de 10 produtoras mulheres, ao passo de 137 produtores homens. Sendo de investimento 23 homens e 4 mulheres, e 114 homens e 6 mulheres no custeio. De acordo com a responsável pelas operações de crédito rural:

O acesso ao crédito é importante para a conquista da autonomia da mulher do campo porque a possibilita o início de um novo projeto que promova um retorno financeiro. E isso contribui para sua independência. Infelizmente a participação das mulheres é bem pequena. Trabalho aqui há 10 anos. Neste tempo houve um aumento simbólico na participação feminina. No começo não haviam mulheres. De uns 5 / 6 anos para cá elas começaram. Eu tenho trabalhado com as mesmas mulheres desde esta época. Posso dizer que apenas 3 dessas são novas por aqui. Mas embora o aumento seja pequeno, e haja a pouca participação das mulheres, nós já temos avançado. Antes a participação era nula.

Como mencionado pela representante, embora o aumento da participação feminina quanto o acesso ao crédito seja sucinto, temos avançado nesse aspecto. A existência de políticas públicas voltadas para as mulheres do campo, bem como de organizações que busquem repensar as questões de gênero, promovendo assim uma reflexão crítica a respeito, contribuiu de forma significativa para este avanço. Da mesma forma, as representatividades femininas coadjuvam para que outras mulheres sejam inspiradas por essas referências, a fim de que percebam que elas também podem se empoderar.

Quando questionadas se sofreram alguma discriminação, se presenciaram qualquer situação que tenha lhes ocasionado desconforto, ou ainda, se já foram impossibilitadas de realizarem algo que gostariam pelo simples fato de serem mulheres, quatro das entrevistadas

disseram que não. Apenas Rosana denunciou que já sofreu preconceito por ser produtora mulher, em situações que colocaram em dúvidas suas capacidades. Como menciona:

Mais no começo quando eu comecei com os morangos. Por você ser produtora mulher, às vezes em alguns lugares, que eu cheguei comprar algum produto, a pessoa dava a entender estar pensando: “nossa, o que essa mulher está falando?”. Ou: “capaz mesmo que você é produtora”. Em uma loja que eu fui, eu tive que pesquisar na internet e mostrar para a pessoa que o que eu estava falando fazia sentido. (Rosana, agricultora familiar).

No entanto, Rosana afirma que assim como ela, as mulheres do campo não devem se intimidar perante situações que lhes causam incômodo. Pelo contrário, as agricultoras precisam acreditar mais em si mesmas, afinal elas são tão capazes quanto os homens e possuem um vasto conhecimento sobre os espaços que ocupam e as atividades que realizam. Para ela, as mulheres devem ter orgulho de serem produtoras, sabendo reconhecer o quanto são importantes para agricultura familiar.

Ao indagar se, como mulheres do campo, elas percebem avanços no que diz respeito a autonomia e empoderamento das mulheres, todas disseram que sim. Embora Rosana sustente os avanços consideráveis entre as desigualdades de gênero, ela percebe que apesar de trabalharem muito, as agricultoras ainda são pouco valorizadas. Da mesma forma percebe que as mulheres do campo, devido a educação que tiveram, ainda são muito retraídas e dependentes de seus maridos.

Dona Cecília, acredita que nos dias atuais, as mulheres do campo têm muito mais autonomia e são vistas de maneira mais igualitária, quando comparadas às mulheres das épocas de suas mães e avós. Atesta que, embora dependa de cada família e localidade, de um modo geral, há um avanço neste aspecto. Para ela, esse avanço se dá principalmente pela educação e pela mídia. Uma vez que os debates sobre gênero vêm se fazendo cada vez mais presentes nos programas de televisão e na internet.

Desta forma, vale fazer um adendo sobre o quanto a tecnologia no meio rural traz diversos benefícios. O acesso à internet possibilita o alcance de novas informações, auxiliando os (as) sujeitos (as) na construção de seus conhecimentos. Semelhantemente, a representatividade feminina nas redes sociais, bem como na elaboração online de conteúdos, possibilita aos debates sobre gênero um maior alcance social, assim auxiliando no processo de empoderamento feminino. Logo, vemos a importância da informação para a expansão da mentalidade dos (as) indivíduos (as) do campo.

Alice, por sua vez, afirma que, quando comparadas às mulheres das épocas de sua mãe e avó, as mulheres atuais possuem muito mais autonomia. Para ela, antigamente os papéis específicos, àqueles pré-estabelecidos para as mulheres e para os homens, eram muito mais influentes. Mulher não podia estudar, não trabalhava fora, não dirigia, cuidava do lar, não tomava as decisões da família, entre outros protótipos que englobam diversos aspectos que cingem as desigualdades entre os gêneros.

Dona Marlene atesta que hoje em dia as mulheres do campo têm mais liberdade e domínio sobre si mesmas. Acredita também que hoje em dia as mulheres possuem um maior apoio do governo e um número maior de oportunidades que contribuem para o processo de autonomia. Segundo ela, antigamente não era possível para uma mulher realizar empréstimos em seu nome, por exemplo. Embora saliente o quanto seu estabelecimento foi crucial para sua autonomia, Marlene afirma que agora possui para uma maior carga horária e preocupação com uma quantidade maior de atividades dentro da propriedade.

A dupla jornada citada pela agricultora, aponta novamente para a divisão sexual do trabalho. Embora essas produtoras apresentem atividades remuneradas e administrem seus estabelecimentos, ainda são elas as principais responsáveis pela limpeza da casa, pelo cuidado com os filhos, pela comida, pela roupa, etc. Isso nos mostra o quanto as questões de ideais de masculino e feminino ainda estão fortemente enraizadas em nossa cultura. Se as mulheres desempenham suas atividades remuneradas, assim como os homens, por que então o trabalho doméstico é a elas destinado? Mais uma vez percebemos a necessidade de continuarmos a discutir o que deveras expressa a igualdade entre os gêneros, para que assim possamos superar estes estereótipos.

Todas acreditam que a educação possui um papel fundamental no que diz respeito a igualdade entre os gêneros, bem como o protagonismo e a independência, financeira ou não, da mulher. Uma vez que, como Simone menciona: “a educação muda a mentalidade das pessoas”.

Vale destacar que embora a maioria dessas agricultoras não tenha avançado muito nos estudos – devido à falta de tempo e de oferta de ensino em suas comunidades –, através de suas qualificações, percebem importância da educação (formal ou não) para a formação humana dos (as) indivíduos (as); assim compreendendo a necessidade em incentivarem seus (as) filhos (as) e netos (as) a estudarem. Da mesma forma que o acesso à novas informações as fizeram buscar sua emancipação, elas apontam o quanto a escola pode contribuir para o debate sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Nenhuma das agricultoras relatou ter participado de alguma palestra ou curso voltado especificamente para as discussões de gênero. No entanto, suas filhas já participaram de eventos em suas escolas, os quais apresentavam tais abordagens. Como trabalhado, sendo a unidade escolar um espaço de visões e costumes, bem como um ambiente social de aprendizagem, se faz necessário que haja momentos de reflexão sobre as temáticas que se fazem presentes no cotidiano escolar. Sendo assim, é crucial que a escola busque abordar as questões de gênero com seus (as) estudantes.

Da mesma forma, algumas produtoras relataram conversar com suas filhas e filhos, sobre questões alusivas a este debate, a fim de educá-los de modo diferente. Trazendo assim libertação às mulheres, ao invés de aprisionamento.

A gente sempre está conversando. Sobre o ‘negócio’ do empoderamento, de que mulher tem seu lugar. Que quando eles casarem, a mulher não é empregada. Eu sempre falo isso para eles. Não é competitividade, tem que ser união. Tem que dar o valor para a esposa. Esposa não é cozinheira, faxineira e cuidadora de filho. Tem outras coisas. (Rosana, agricultora familiar).

Nenhuma dessas agricultoras participa de alguma associação ou grupo exclusivo para mulheres. O que, como já mencionado, dificulta o alcance das igualdades de gênero, uma vez que não há uma representatividade social que ocorra de maneira mais direta, digamos assim, as mulheres que estão em processo de emancipação. Rosana relatou que já tentou montar um grupo no *WhatsApp* apenas com as agricultoras do município, a fim de que pudessem apoiar umas às outras, porém não obteve êxito. Segundo ela, as mulheres do campo de Rio Negrinho não são unidas.

Isso aponta também para a necessidade da construção da união e sororidade¹⁵ feminina das agricultoras. A fim de que venham a enxergar umas às outras com empatia, solidariedade e respeito, uma vez que todas estão sujeitas a uma cultura patriarcal de preconceito e discriminação. Logo, torna-se imprescindível que as mulheres reconheçam que precisam umas das outras para alcançarem a liberdade que almejam. Uma vez que juntas somos mais fortes!

Ao realizar este trabalho com a participação dessas cinco agricultoras, percebo o quanto elas têm a contribuir com o processo de emancipação de outras mulheres, sejam elas do campo ou não. A história de vida, o modo de perceber o mundo, a busca pela conquista dos

¹⁵ Vínculo afetivo entre mulheres – empatia, amizade, irmandade. União de mulheres que partilham dos mesmos princípios e objetivos.

espaços sociais, tal como a persistência pelo alcance da autonomia e a liberdade dessas produtoras são exemplos reais de que é possível transformarmos a realidade que nos cerca.

4.2 VISÃO DE UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE E NO AMBIENTE ESCOLAR

Tendo em vista a necessidade da discussão sobre as desigualdades de gênero no contexto escolar, procurei entrevistar um (a) gestor (a) a fim de perceber a visão deste (a) profissional a respeito desta abordagem. Da mesma forma tentei saber se a escola vem ou não desempenhando ações para lidar com esta problemática. Buscarei relacionar os resultados da entrevista com o que abordei a respeito do papel da educação na conquista da autonomia das mulheres do campo.

A unidade escolhida foi a Escola Municipal de Educação Básica Prefeito Henrique Liebl – Anos Iniciais e Finais, localizada no bairro Jardim Hantschel de Rio Negrinho. Sendo o gestor entrevistado, o senhor Roger, o qual há 4 anos está sob direção desta instituição. O nome utilizado é fictício, a fim de preservar a identidade e a privacidade do partícipe.

A escolha desta escola se deu em razão desta unidade atender a maioria dos (as) alunos (as) provenientes do interior do município. Dentre os (as) 580 estudantes matriculados (as), cerca de 70% residem nas localidades rurais de Colônia Olsen, Estância, Rio Preto, Boa Vista, Colônia Miranda, Rio dos Bugres, Patrimônio do Salto e Pinheirinho. Roger atenta ao fato que uma parte desses (as) alunos (a) do interior moram nas vilas, desta forma essas famílias não possuem um estabelecimento agropecuário e nem trabalham com agricultura.

Quanto aos (às) estudantes, o diretor mencionou que não há diferenças significativas, tanto no desempenho escolar, quanto no comportamento, entre os (as) que vêm do campo com aqueles que residam no bairro da instituição. Segundo ele, isso se dá pelo fato que “Rio Negrinho é um município pequeno, as tradições e culturas do interior são bastante similares às de quem não vive nas áreas urbanas. Para os (as) alunos (as) do bairro, o interior não é algo longe, algo distante”.

É interessante pensar que tal fala faz referência ao que abordei a respeito da discussão sobre a classificação dos municípios como rurais ou não. Ao considerarmos Rio Negrinho como um município essencialmente rural, percebemos que suas escolas são escolas do campo. A instituição Henrique Liebl, por exemplo, embora mais da metade de seus (as) alunos (as) sejam de áreas rurais, é considerada como uma escola urbana dada a sua localização. Tendo em vista

esta questão, torna-se difícil afirmar que as especificidades destes (as) sujeitos (as) estão sendo deveras levadas em consideração.

Em relação às diferenças entre os meninos e as meninas do campo, Roger salienta perceber que as meninas apresentam uma maior vontade em ingressar no ensino superior. Menciona que daqueles meninos que demonstram interesse nos em continuar os estudos, a maioria intenta ingressar no Centro de Educação Profissional “Vidal Ramos” do município de Canoinhas – SC. Para ele, o interesse dos (as) estudantes está diretamente vinculado ao apoio da família.

Roger atenta ao fato das meninas apresentarem maior interesse em sair do campo, em relação aos meninos. Segundo ele, os meninos do interior conversam mais sobre as questões do meio rural, ao passo que as meninas são mais retraídas nesse aspecto. Como menciona:

Percebo que as tradições do campo estão mais presentes nos meninos. Os meninos gostam bastante de trator, caminhão, colheitadeira. A gente percebe que eles conversam sobre a produção com outros (as) colegas. Eles também comentam com os (as) colegas sobre o seu dia a dia e seus costumes, como a música tradicionalista gaúcha, a música sertaneja, os alimentos do campo, a exemplo do salame e o queijo artesanal, a laçada, entre outras coisas. Teve uma época que na hora do recreio eles ensinavam uns aos outros a laçar. As meninas são bem mais ‘na delas’. Elas parecem não se envolver com as questões do plantio. Parece que lá no interior, elas ficam mais com o serviço de casa, ou ajudam na horta. O campo fica com o homem, o pai o avô. A gente percebe que os meninos estão mais envolvidos com as plantações e o gado, por exemplo. (Roger, gestor educacional).

Em relação a esta fala, vemos a influência da divisão sexual do trabalho no comportamento desses (as) jovens. Neste caso, podemos perceber o quanto o feminino ainda está limitado ao ambiente doméstico. Da mesma forma, o maior interesse das moças em migrarem, aponta para uma diferença de percepções entre meninas e meninos. A qual pode se dar em relação à busca de uma maior liberdade, ou até mesmo pela falta de recursos e oportunidades. Logo, vemos também a necessidade de políticas públicas voltadas para o campo, a fim de que os (as) jovens o percebam como um ambiente de oportunidades, assim desejando permanecerem.

A maioria desses (as) estudantes residem com a mãe, o pai e irmãos (as). Quanto à participação da família nas atividades da escola, o gestor afirmou que a maioria das mulheres do campo se fazem bastante presentes, havendo uma maior participação feminina do que masculina. Roger menciona perceber que as mulheres do campo não apresentam se sentirem incomodadas em afirmarem que são do interior. Segundo ele, todas as que trabalham na

agricultura se intitulam como agricultoras. Quando questionado a respeito do comportamento dessas mulheres, salienta:

Eu não vejo diferença entre a mulher do interior e mulher do bairro. Algumas são mais ativas, outras mais retraídas. Algumas participam mais, outras menos. Algumas tomam suas decisões, são mais independentes. Já outras dizem que precisam consultar o marido. Mas isso é geral. Depende de cada situação e de cada mulher. Como eu disse, Rio Negrinho é pequeno. Há mães mais ativas e outras nem tanto. Mas isso também se faz presente em outras escolas do município que não atendem tanto o interior como a nossa. (Roger, gestor educacional).

Ao que concerne à desigualdade de gênero dentro do ambiente escolar, o gestor menciona que já presenciou falas de alguns alunos em sua instituição. Segundo ele, isso é cultural e possui grande influência da família. Em suas palavras: “Nós temos alunos que são machistas. Mas quando a gente conhece o pai dele, a gente entende o porquê. O machismo reflete na sala de aula aquilo que eles trazem de casa. Eles acham isso normal. Eles não veem como algo errado”.

Cabe salientar que a fala anterior se relaciona com o que abordamos a respeito do ambiente escolar manifestar os preconceitos fundamentados nos estereótipos de gênero, exprimindo os reflexos da cultura nos (as) indivíduos (as). E, tendo em vista que as crianças são educadas desde pequenas que há ideais de masculino e feminino, é previsível que haja a reprodução de princípios patriarcais entre as relações dos (as) estudantes. Desta forma, a concepção de que as desigualdades entre os gêneros é algo “natural”, se dá pelo fato de que o machismo está impregnado em nossa sociedade (OLIVEIRA e MAIO, 2016).

Sendo assim, é notório a necessidade de uma educação crítica que busque a reflexão dos (as) estudantes sobre este assunto. É preciso que as pessoas consigam perceber o machismo mesmo quando ele se apresenta de forma sutil. Logo, tendo em vista que a formação humana se dá em razão às diversas relações sociais, como família, mídia e escola (HALL, 2015 apud OLIVEIRA e MAIO, 2016, p. 7), os (as) educadores (as) devem reconhecer seu papel de agente transformador. Desta forma, quanto às desigualdades de gênero, o diretor menciona:

A escola pode mudar essa situação, porque ela pode transformar as pessoas. Veja, nós temos alunos (as) que entraram no Nível III com 4 anos, e saíram do 9º ano do Ensino Fundamental com 14 anos. Eles (as) ficam uma boa parte da vida deles em uma instituição de ensino. Nós, enquanto educadores (as), temos o dever de influenciá-los (as) a perder esses preconceitos. Na minha percepção, a educação tem uma grande parcela para essa mudança. Até porque esses assuntos, na maioria das vezes, não são abordados em casa. É na escola que eles (as) sentem mais liberdade e segurança. Até mesmo em relação à questão da violência sexual. As situações de abusos que chegaram até nós, os familiares nem sabiam. (Roger, gestor educacional).

Se tratando de situações de violência, Roger atesta que em relação aos (as) alunos (as), os meninos estão mais sujeitos à violência física, ao passo que com as meninas, os casos estão voltados para a violência sexual. O gestor menciona que nos casos de abusos sexuais que tem por conhecimento, as alunas buscaram conversar com a professora de sala ou com a orientadora a fim de receber amparo. Ele acredita que por ser homem, isso fez com que essas meninas não o procurassem. Roger afirma também que os casos de violência, tanto física quanto sexual, acontecem tanto com os (as) estudantes e mulheres do interior, quanto do bairro.

À vista disso, o diretor destaca que o ambiente escolar também é um espaço de assistência a esses (as) jovens. Como mencionado, a profissional da unidade foi a primeira a saber do acontecido, antes mesmo da própria família. Quando os casos de violência decorrem do ambiente familiar, a escola é vista como a única opção para buscar amparo. Desta forma, é importante que a unidade escolar saiba lidar com essas situações, e busque trazer informações aos (às) estudantes que os (as) auxiliem nesse aspecto. De acordo com o gestor, perante esses casos, a unidade procura conversar com algum familiar, além de acionar o Conselho Tutelar e a Secretaria de Educação.

Ao ser questionado a respeito de qual acredita ser o principal problema enfrentado pelas mulheres, em especial as mulheres do campo de Rio Negrinho, Roger afirma:

Com certeza é a violência. A mulher precisa ter autonomia para denunciar seus agressores. Ela precisa ter a segurança de ir denunciar, sem medo, sem retaliações. Por muitas vezes a gente percebe que a mulher quer tomar uma atitude, mas ela pensa nos filhos que ficarão sem o pai. Elas pensam 'ah, mas eu não trabalho, tenho criança pequena' acreditando que não vai conseguir sobreviver sem ele. Isso faz com que a situação se agrave ainda mais. É importante que a mulher tenha autonomia em denunciar e que haja uma rede de proteção envolvida, para que ela possa se estabilizar por um tempo, até conseguir emprego, por exemplo. (Roger, gestor educacional).

Tal fala remete novamente à importância da autonomia financeira das mulheres. Assim como me fez recordar a respeito da entrevista que tive com dona Simone; a qual afirmou que por anos pensou em pedir o divórcio, mas a dependência financeira, bem como seus filhos pequenos a faziam desistir da ideia. Refletir sobre essas questões nos proporciona uma visão ampliada das especificidades vivenciadas pelas mulheres que estão sujeitas à circunstâncias como esta. Como mencionado pelo diretor, novamente atento para a importância de políticas públicas voltadas para elas. Tanto de informação, quanto de amparo. Como foi o caso de Simone, outras mulheres podem e devem se libertar ao negarem e denunciarem suas realidades.

Quando questionado se em sua percepção houve avanços no que diz respeito às desigualdades de gênero, Roger afirma que sim, porém faz algumas observações:

Na minha opinião houve sim um grande avanço nesses últimos anos, mas ainda temos um longo caminho para percorrer. Ainda tem muitas pessoas que pensam que o mercado de trabalho não é para as mulheres, mas sim para os homens. Que determinadas funções não podem ser exercidas por mulheres, só pelos homens. Dentro de uma empresa, sempre o chefe deve ser homem. Salários não podem ser iguais, o do homem deve ser mais que o da mulher. Porque nessa lógica, é o homem que deve trazer o sustento para casa. A gente presencia isso. Na escola percebemos o quanto ainda há mulheres que são totalmente dependentes de seus maridos. Na política a gente também vê que há um número muito maior de representantes masculinos. Principalmente em municípios pequenos. É nítido o preconceito de que mulher não deve se envolver na política, e que mulher não vota em mulher. (Roger, gestor educacional).

Tendo em vista o quanto o gestor se mostrou atento às questões abordadas, bem como o quanto apresentou conhecimento sobre as mesmas, questionei se sua escola já trabalhou ou vem trabalhando a questão da desigualdade entre os gêneros, Roger afirmou que sim, mas não como tema exclusivo. Ele salientou que neste ano, houve uma palestra com um psicólogo do município a respeito do Setembro Amarelo¹⁶, cujo o foco era o respeito entre os (as) sujeitos (as). Dentro desse contexto, foram abordadas as questões de gênero, diversidade sexual, raça, etc.

Apesar do diretor ter mencionado o quanto a educação é importante para a reflexão a respeito das desigualdades entre os gêneros; a qual tem o poder de conscientizar meninos e meninas a repensarem suas realidades, encorajando todas as mulheres a buscarem seu empoderamento e autonomia; a escola não vem desenvolvendo atividades que lidem especificamente com esta temática. Semelhantemente, não promove nenhum evento exclusivo para as mulheres. É interessante pensar que embora podemos perceber o quanto as pessoas estão cada vez mais se conscientizando a respeito das diversas questões que permeiam a temática, o assunto ainda é pouco trabalhado.

A escola reconhece seu papel transformador, do mesmo modo que lida diariamente com as mais diversas problemáticas. Porém, embora haja uma percepção majoritária do quanto a educação é fundamental para a promoção da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em grande parte das vezes, não buscamos fomentar do modo que deveríamos, a

¹⁶ Iniciada em 2015, através do Centro de Valorização da Vida, da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Conselho Federal de Medicina, o Setembro Amarelo é uma campanha nacional brasileira de prevenção ao combate do suicídio.

inclusão das reflexões de como estão fundamentas as relações sociais que nos permeiam. Tomo por exemplo, a fala do diretor a respeito da reprodução de comportamentos machistas dentro instituição. Onde, embora reconheça a seriedade dessas ações, a escola não vem buscando trabalhar essas questões, a fim de lidar diretamente com o problema. Desta forma, percebemos que caso houvesse a presença efetiva de ações afirmativas no ambiente educacional, já teríamos avançado ainda mais no que diz respeito a igualdade entre homens e mulheres.

Como temos visto, a desigualdade entre os gêneros aponta para inúmeros problemas sociais que se fazem extremamente presentes em nosso cotidiano. Desta forma, enquanto educadores (as), temos que repensar nossas aulas, nossas abordagens, nossas metodologias, nossos currículos, nossos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), nossos eventos, etc, através do viés de que a educação, para ser transformadora, precisa formar cidadãos (as) críticos (as). E para que isso seja possível, se faz necessário, por mais que gere um certo desconforto, provocar a reflexão em nossos (as) estudantes (as), educadores (as), gestores (as) das unidades de ensino e toda a comunidade escolar. Assim se constituirá, de fato, uma educação deveras emancipadora!

4.3 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA EPAGRI SOBRE AS MULHERES DO CAMPO DE RIO NEGRINHO

Como abordado, a ATER é uma importante ferramenta para o processo de emancipação feminina, a qual contribui de modo significativo para a conquista da autonomia das mulheres do campo. Desta forma, atentei entrevistar um de seus representantes em Rio Negrinho, (neste caso, refiro-me a ATER pública), a fim de tomar por conhecimento a participação feminina em um contexto mais amplo, tal como perceber a contribuição das assistências prestadas para as agricultoras. A pessoa entrevistada foi Leonardo, extensionista rural da EPAGRI, o qual há 3 anos vem desempenhando esta função no município. O nome utilizado é fictício, a fim de preservar a identidade e a privacidade do partícipe.

Segundo Leonardo, a EPAGRI atua no município nos campos de assistência técnica e extensão rural. O trabalho de assistência técnica está voltado para a recomendação de insumos, acompanhamento da lavoura, recomendação e acompanhamento fitossanitário, criação de gado, entre outras atividades. Já o trabalho de extensão rural é direcionado às questões sociais, como o acesso à políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico da região. Desta forma, a instituição está envolvida com a parte técnica, social e econômica das propriedades.

O técnico aponta que a instituição é voltada para os (as) agricultores (as) familiares. Segundo ele, no último ano, as atividades desenvolvidas com esses (as) produtores (as) em geral foram as visitas às propriedades, as quais englobam as reuniões com as famílias para discutir sobre determinada temática. Além do atendimento no escritório, onde atentam para a busca de projetos e políticas públicas. Esses dois métodos são utilizados pela instituição a fim de exercer sua função. Leonardo destaca que as visitas às unidades agropecuárias ocupam a maior parte das atividades desenvolvidas. Do mesmo modo, as linhas de atuação prioritárias da empresa no município, durante o ano de 2019, foram a diversificação do tabaco nas propriedades fumageiras, a produção leiteira e a produção de olerícolas.

Leonardo ressalta que cursos ou dias de campo, bem como eventos que demandam uma maior programação, não foram ofertados esse ano devido à falta de recursos (o que aponta para o desmonte de políticas públicas para áreas rurais, sobretudo para a agricultura familiar, visto que são eventos subsidiados principalmente com recursos federais). Segundo o entrevistado, foram realizadas oito reuniões com os (as) agricultores (as). Já no ano de 2018 foi realizado um seminário de piscicultura com os (as) produtores (as) de peixes do município, ao passo que no ano de 2020 está programado dois dias de campo, um de pecuária leiteira e outro de olericultura. Não houve nesses últimos dois anos, alguma atividade destinada exclusivamente para as mulheres. Porém, em 2017, foi realizado o Primeiro Encontro com as Agricultoras organizado pela EPAGRI, o qual teve como foco a saúde da mulher. Sobre tal evento, destaca:

Foi o primeiro evento feito pela EPAGRI. Outras instituições como a Prefeitura, SENAR e Secretaria de Agricultura já fizeram alguns encontros de mulheres. Tivemos apresentações artísticas e culturais, além do sorteio de brindes. Houve uma palestra com orientadoras físicas, as quais orientaram as agricultoras com alongamentos e aquecimentos para evitar as lesões devido ao esforço repetitivo. Porque a mulher na agricultura, às vezes fica fazendo o mesmo movimento o dia inteiro, e isso pode ocasionar alguma lesão. Tivemos também uma palestra com a rede feminina de combate ao câncer de mama, onde abordaram sobre como a mulher pode prevenir e onde pode procurar ajuda. Também teve uma palestra com um nutricionista sobre alimentação saudável, produtos industrializados e produtos naturais. Tivemos a participação de 25 agricultoras. Pela mobilização que nós fizemos, foi um público bastante abaixo do esperado. O público estimado foi de 60 mulheres. Teve uma adesão muito baixa. Mas aqui em Rio Negrinho, isso é geral. Não é só das mulheres. A mobilização dos agricultores é bem complicada. Fazer essa mobilização toma bastante tempo. Eu tenho apoio da Prefeitura e de outros colegas da EPAGRI, mas no dia a dia, sou eu que estou à frente desse campo de batalha. Eu sou sozinho no município. A falta de recursos e minha capacidade operacional fizeram com que não fosse possível haver outros eventos como este. (Leonardo, extensionista rural).

Apesar de se tratar de um evento voltado para as mulheres do campo, com temáticas bastante pertinentes, sinto que os temas ficaram restritos aos típicos “encontros para as mulheres”. Por que não aproveitar desses espaços para discutir sobre questões que estão voltadas para a superação das desigualdades de gênero e conquista da autonomia feminina? Por que não trabalhar o acesso ao crédito, às qualificações? Novamente, não estou desvalorizando o evento, mas atento para a necessidade de temas que estão para além das representações do “papel da mulher”, como o cuidado, a saúde, etc. Porventura se a proposta fosse outra, não poderia resultar em uma maior participação feminina? É de se pensar.

Como citado pelo entrevistado, não houve outros eventos devido às circunstâncias envoltas na realidade da instituição. Desta forma, vemos novamente a importância de Políticas Públicas para a construção da autonomia das mulheres, bem como de recursos financeiros para que sejam realizadas, uma vez que demandam investimentos. Semelhantemente, a cooperação de mais pessoas envolvidas facilitaria o desenvolvimento dessas organizações, visto que não sobrecarregaria o exercício de apenas um (a) indivíduo (a). Do mesmo modo, a presença de mulheres na organização e mobilização destes eventos contribuiria para a participação dessas produtoras, pois manifestaria a representatividade feminina.

Embora lamente a pouca participação das mulheres no evento citado, afirma que durante o período que tem trabalhado na EPAGRI do município, houve um aumento na participação das mulheres nas atividades desenvolvidas pela entidade. Para Leonardo, o aumento se deu porque a mulher produtora vem cada vez mais conquistando sua autonomia e protagonismo na Unidade Produtiva Familiar. Segundo ele, em boa parte das UPF que atende, ou a mulher é a protagonista ou tem voz bastante ativa em sua unidade. Ao ser questionado sobre o que atribui suscitar tal progresso, afirma:

Creio que se dê pela mudança da sociedade que vem acontecendo ao longo dos anos. O que faz com que as pessoas abram suas mentes. A mídia, a internet, a opinião pública, promovem a valorização da mulher e o empoderamento feminino. Possibilitando que as mulheres conquistem seus lugares. Lugar de protagonismo, estando junto ao marido para todas as decisões da propriedade. (Leonardo, extensionista rural).

Tal fala aponta novamente para a influência dos debates que vêm sendo construídos e manifestados em nossa sociedade. Uma vez que ao problematizarmos os ideais que fundamentam nossas relações sociais, estaremos manifestando a necessidade de mudança, assim conscientizando os (as) sujeitos (as). Da mesma forma que a presença feminina nesses

espaços contribui para que as particularidades das mulheres sejam ouvidas, tais ferramentas proporcionam um maior alcance social, resultando assim em uma maior visibilidade.

Em relação às limitações que identifica para participação das mulheres nas atividades desenvolvidas pela EPAGRI, Leonardo aponta que embora o protagonismo feminino se faça presente, ainda há muitas mulheres que estão presas ao modelo patriarcal. Tais mulheres não participam das atividades desenvolvidas pela instituição, evidenciando que a responsabilidade em administrar a propriedade é estritamente de seus cônjuges. Ao ser questionado sobre quais as iniciativas utilizadas para superar tais limitações, Leonardo ressalta que a instituição busca abrir espaços para a participação de toda a família, além de priorizar a presença das mulheres nos eventos desenvolvidos. Segundo ele:

Sempre que vamos convidar para alguma atividade, nós convidamos as famílias. Nunca vou convidar apenas o seu João. Vou convidar o João e sua família. Irei atentar para que leve sua esposa, caso ela queira ir junto. Nós queremos que a família inteira participe, porque assim a informação não fica exclusiva para só aquele (a) que foi na atividade. Da mesma forma, nós proporcionamos atividades que valorizem a mulher do campo. Onde tentamos lembrar as mulheres que elas também são protagonistas. O foco em trabalhar com as agricultoras é institucional na EPAGRI. Se eu tenho 10 convites para uma excursão, por exemplo, eu tenho que priorizar as mulheres e os jovens. Essa é o nosso método para tentar puxar a participação feminina em nossos eventos e atividades. (Leonardo, extensionista rural).

Da mesmo modo, o técnico salienta que as visitas estão entre as atividades programadas para o atendimento familiar. Porém, as famílias se fazem presentes quando se trata de uma confraternização, ou um encontro social, a exemplo do encontro das famílias produtoras de leite. As reuniões técnicas, por sua vez, contam exclusivamente com a participação do produtor e / ou da produtora. Já em relação à formação anual para jovens agricultores (as), a EPAGRI, nos últimos 5 anos, contou com a participação de 8 jovens, sendo 4 meninas e 4 meninos.

Vale destacar que das quatro jovens citadas pelo extensionista, duas delas são filhas das agricultoras entrevistadas. Como já mencionado, ambas manifestaram o quanto estas capacitações contribuíram para o reconhecimento de suas capacidades. Desta forma, percebemos que a instituição, ao priorizar a participação desses dois grupos (mulheres e jovens), assinala a necessidade das atividades para a formação desses (as) sujeitos (as). Não se trata de excluir o homem, mas sim buscar envolver aqueles (as) que, historicamente, não se fazem presentes nesses espaços. Uma vez que a valorização, a conscientização e

empoderamento das produtoras, bem como dos (as) mais jovens, contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao que se refere à procura pelos serviços que a EPAGRI oferece, o extensionista aponta que a demanda masculina é superior à feminina. Segundo ele, isso se trata de uma questão cultural, embora não saiba dizer até que ponto o machismo tem influências nesse aspecto, uma vez que algumas mulheres apresentam menos interesse nessas atividades. Desta forma, afirma que cada caso é um caso, e precisa ser analisado separadamente. De acordo com dados por ele repassados, no ano de 2018 houve o atendimento de 67 mulheres (29,91%), ao passo de 157 homens (70,09). Já em 2019, ocorreu o aumento de 19 mulheres, visto que foram atendidos 157 produtores (64,61%) e 86 produtoras (35,39%). Sendo a participação feminina de Rio Negrinho pouco superior à proporção de Santa Catarina, 102.026 homens (69,97%) e 43.794 mulheres (30,03%).

Como meu interesse era observar se havia uma segregação nas atividades desenvolvidas, como por exemplo, se aos homens era destinado uma maior participação no produtivo, ao passo do reprodutivo para as mulheres; solicitei ter acesso às listas de presença concernentes às capacitações. No entanto, me foi repassado que a equipe contabiliza os números de partícipes e repassa para o sistema, não realizando o armazenamento dessas listagens. Desta forma, devido à falta de documentos para análise das atividades formativas, não foi possível realizar um diagnóstico mais aprofundado concernente a estas questões.

No entanto, Leonardo aponta que as mulheres se fazem mais presentes no atendimento ao escritório, ao passo que, majoritariamente, são os homens que o atendem em suas visitas. Ele disse não ter conhecimento sobre quais são os motivos que levam a essa maior disparidade, mas salienta que ao chegar em algumas propriedades, as mulheres dizem estar ocupadas com seus afazeres, então chamam seus maridos. Como menciona:

Eu chego fazer visita, elas vão para a cozinha. Eu tento chamar para conversa, elas dizem estar ocupadas e que vão chamar os maridos. Algumas ainda estão no modelo tradicional patriarcal, onde a decisão é com o homem. Já outras, embora não participem comigo durante as visitas, eu sei que no dia a dia, elas têm voz ativa junto aos maridos. (Leonardo, extensionista rural).

Como abordado, a divisão sexual do trabalho ainda se faz bastante presente, mesmo nas propriedades onde a mulher tem voz ativa. O trabalho doméstico e o cuidado com os (as) filhos (as) ainda são de responsabilidade feminina. A fala do entrevistado em que as mulheres dizem estar ocupadas, também aponta para essa realidade. As obrigações a elas destinadas,

fazem com que algumas dessas agricultoras não participem das atividades propostas, uma vez que isso implica em um maior desgaste físico e mental dessas produtoras. Da mesma forma, a falta de tempo as impede de se envolverem em ocupações que excedem o ambiente familiar.

No que concerne à importância dos cursos que a EPAGRI, a Secretaria de Agricultura, entre outras instituições, oferecem para as produtoras, o extensionista destaca que as capacitações podem contribuir para o processo de autonomia das mulheres, uma vez que lhes permitem enxergar o quanto elas são capazes de desenvolver as atividades que desejarem e comercializar o que produzem, da mesma forma que exprime a valorização do trabalho dessas agricultoras. Embora Leonardo evidencie que todos os cursos oferecidos apresentem boa aceitação por parte das produtoras, a demanda feminina aponta sobretudo para aqueles ligados à cozinha. O entrevistado aponta também que são sempre as mesmas mulheres que participam das atividades, segundo ele, são as que “estão livres das amarras”. Semelhantemente, sublinha que as mulheres jovens estão mais envolvidas, da mesma forma que apresentam um maior protagonismo e autonomia.

Tal fala aponta para os avanços que temos alcançado com o passar dos anos. A luta de diversas mulheres ao longo da história, contribuiu para a conquista dos direitos e políticas públicas a elas voltados. Da mesma forma, o maior protagonismo de mulheres mais jovens denota o quanto é possível provocar uma mudança social. Logo, tendo em vista que as desigualdades entre os gênero ainda é evidente, é imprescindível que não venhamos a desanimar durante este processo, mas que possamos nos unir a fim de alcançar a o que almejamos.

De acordo com o técnico, no que diz respeito aos projetos de financiamento que a EPAGRI dispõe, 14 deles são propostos por homens, ao passo que 6 são propostos pelas mulheres. Os principais objetivos destes financiamentos são custeio da lavoura e investimento. Já em relação ao crédito fundiário, não foram desenvolvidos projetos nos últimos anos no município. Como vimos, embora pareça sutil, a participação feminina nos programas de acesso ao crédito é essencial para a conquista da autonomia das mesmas. Desta forma, percebemos o quanto ainda temos que avançar, visto que há uma disparidade entre homens e mulheres nesse aspecto.

Quando questionado a respeito de como observa que as mulheres do campo são percebidas em Rio Negrinho, Leonardo afirma acreditar que as produtoras são bem vistas pela comunidade em geral. E, uma vez que a participação feminina na Feira da Agricultura Familiar é significativa, são elas que ao comercializarem seus produtos, apresentam maior interação com as pessoas que não fazem parte do interior do município. Da mesma forma, atenta que o

capricho e o cuidado com os produtos, percebidos pelos clientes, fazem com que essas agricultoras sejam valorizadas pelo trabalho que desempenham. Semelhantemente acredita que, por parte das instituições, homens e mulheres são tratados (as) de modo igual. O extensionista destaca ainda que os (as) sujeitos (as) do campo apresentam suas dificuldades, mas ele não percebe uma desvalorização que acometa especificamente as mulheres. Como aponta:

Eu enxergo muito bem as mulheres do campo de Rio Negrinho. Embora eu não tenha propriedade para falar se elas são valorizadas ou não, uma vez que eu não sou uma mulher, eu acho que a sociedade de Rio Negrinho valoriza bastante a agricultora. A gente tem muitas mulheres protagonistas que estão nas feiras, por exemplo. Da mesma forma, outras mulheres também são reconhecidas nos espaços onde comercializam seus produtos. Querendo ou não, são elas que se mostram para a sociedade 'urbana'. São elas que representam a agricultora mulher. E isso faz com que muitas delas tenham visibilidade. Não percebo uma desvalorização da mulher agricultora. Claro, que buscamos sempre uma valorização maior, mas eu acho que de modo geral, elas são bem vistas. Nunca presenciei alguma situação ou fala que desvalorizasse as mulheres do campo, ou alguma reclamação delas. Claro que no dia a dia elas têm desafios que a gente acaba não sabendo, mas isso é de um modo geral, e não porque são mulheres. (Leonardo, extensionista rural).

Com relação às atividades desenvolvidas pelas mulheres do campo nas propriedades rurais de Rio Negrinho, o técnico aponta que depende muito da cultura que elas trabalham. Mas de um modo geral, na lavoura, em maquinários e produção de grãos a participação feminina é muito baixa. Ao passo que na produção de olerícolas, as agricultoras estão inseridas em todos os processos, seja no plantio, no manejo e / ou na colheita. Já no que diz respeito à pecuária leiteira, a mulher é quem conduz a ordenha e a higienização, uma vez que o homem é responsável pelas pastagens e instalações. Já com os frutos, as produtoras têm maior participação na colheita, visto que, segundo ele, trata-se de um "processo mais delicado e que demanda mais paciência".

Leonardo salienta que embora haja casos onde o homem e a mulher participam de todos os trabalhos, essas são as principais atividades onde conseguimos ver tais diferenças. Em sua opinião, esta divisão também está relacionada com o fato de determinada tarefa demandar maior força física que a outra. Novamente vemos a influência da divisão sexual do trabalho, a qual molda as concepções de leve e pesado. Assim como Roger, diretor entrevistado, atentou para o fato das meninas estarem mais limitadas às tarefas domésticas, ao passo que os meninos se envolvem com os maquinários, o fracionamento das atividades do campo denotam o quanto os ideais de masculino e feminino ainda se fazem presentes.

No que concerne a representatividade social, o extensionista atenta que nas organizações de agricultura, as mulheres sempre se fazem presentes, seja na área administrativa

ou não. Desta forma, cita como exemplos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, onde 40% dos (as) partícipes são mulheres, e o projeto Acolhida na Colônia, a qual a direção é majoritariamente feminina, uma vez que grande parte das propriedades integradas são administradas por mulheres. Sendo assim, Leonardo destaca que as produtoras estão à frente tanto do turismo rural do município, quanto da região. Semelhantemente, aponta a Associação Desenvolvimento da Microbacia – Rio Casa de Pedra e os assentamentos como organizações de grande representatividade feminina. No entanto, também evidencia a falta de representatividade das mulheres do campo no aspecto político do município, bem como em cargos da Secretaria de Agricultura.

Embora haja uma participação considerável nas organizações de agricultura, a ausência de mulheres em cargos políticos e institucionais no município, aponta para uma desigualdade entre os gêneros. Durante a entrevista, o extensionista sublinha que as agricultoras não são envolvidas com política, da mesma forma que Roger destaca que ainda há um grande preconceito envolvendo as mulheres que buscam estar nesses espaços. Sendo assim, é essencial intentarmos para a superação dessas discriminações a fim de elevar a representatividade feminina social e política. Da mesma forma, é fundamental incentivarmos as mulheres a conquistarem tais espaços, conscientizando-as sobre a importância desta conquista para a emancipação de outras mulheres.

Em relação ao principal desafio que ainda precisa ser enfrentado pelas mulheres do campo de Rio Negrinho, Leonardo menciona acreditar ser o protagonismo feminino. Da mesma forma, aponta o fato de não existirem iniciativas de grupos ou associações de agricultoras no município, o que resulta em uma menor representatividade das mesmas. Para ele, o perfil de algumas agricultoras, assim como das comunidades em geral do município, não é para se organizarem. Como destaca:

Não gosto de falar pela mulher, porque não sou mulher. Às vezes a gente não pensa nessas coisas como homem. Mas acho que o principal desafio é a questão do protagonismo. Apesar de haver muita mulher protagonista, e propriedades onde há a valorização da mulher; ainda tem propriedades onde elas estão escondidas. Também acredito que seja a falta de organizações entre elas. Eu vejo que as comunidades são muito desarticuladas. Às vezes os vizinhos nem se conversam. Também há brigas entre as comunidades, o que faz com que se evitem. Acabam lidando apenas com o trabalho da propriedade e não dedicam tempo para se envolverem nessas coisas. O maior desafio também seria fazer uma união entre as produtoras. (Leonardo, extensionista rural).

Vale destacar que tal fala se fez presente durante as entrevistas com as agricultoras. Dona Rosana já havia relatado que as mulheres do campo de Rio Negrinho não são unidas. De acordo com o extensionista, trata-se de algo cultural que não se limita apenas às agricultoras. As desarticulações entre as populações do campo, prejudicam não somente as mulheres, mas toda a população do interior de Rio Negrinho. Assim como as produtoras compartilham de suas particularidades, os (as) demais indivíduos (as) também estão sujeitos (as) a uma cultura de preconceito e discriminação. Logo, da mesma forma que as mulheres devem se unir para superar as desigualdades, os povos do campo precisam reconhecer a necessidade de juntos lutarem pelos seus direitos.

Quando questionado se como técnico já recebeu formação, ou algum tipo de orientação, ou ainda participou de algum seminário / encontro, promovido pela EPAGRI relacionado com o trabalho das mulheres do campo, Leonardo disse que sim. Segundo ele, antes de começar a trabalhar como extensionista, ele teve, além da revisão da parte técnica, discussões a respeito das questões sociais que envolvem os povos do campo. Neste contexto, salienta que o protagonismo da mulher é bastante trabalhado, uma vez que busca-se capacitar os (as) técnicos (as) a saberem trabalhar com as agricultoras, tendo em vista suas especificidades. Ele menciona que, embora aprenda com a prática todos os dias, tal capacitação foi essencial para o exercício de sua função.

Sendo assim, de acordo com o entrevistado, a EPAGRI procura atentar para as especificidades das mulheres do campo; buscando alternativas para a participação das mesmas nas atividades que desenvolve, uma vez que reconhece sua contribuição para o processo de emancipação feminina. Tal afirmação nos faz perceber o quanto a luta das mulheres rurais, a qual contribuiu para a reestruturação da ATER, a fim de que reconhecessem as agricultoras como agentes ativas na produção da agricultura familiar, vem contribuindo para a transformação na vida de muitas sujeitas do campo. Novamente vemos a importância de mulheres que lutam pelos seus direitos, uma vez que de conquista em conquista, estaremos cada vez mais perto de superarmos as desigualdades que nos acometem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, torna-se válido destacar algumas considerações a respeito desta pesquisa, bem como sugerir a continuidade da mesma para estudos futuros.

Quanto ao processo de autonomia das mulheres do campo de Rio Negrinho, o resultado indica que as produtoras estão cada vez mais conquistando seus espaços e autonomia. No entanto, há muito o que avançar, visto que há um número considerável de mulheres que ainda estão sujeitas ao patriarcado. Do mesmo modo, as entrevistas apontaram que mesmo nos casos onde as mulheres são exemplos de emancipação feminina, ainda há questões importantes que precisam ser superadas. A divisão sexual do trabalho, bem como a dupla jornada de trabalho, por exemplo, foram os principais pontos observados.

Vale destacar que para o cumprimento da análise da autonomia dessas mulheres, ao dialogar com um grupo específico de agricultoras, atentei demonstrar o quanto é possível e necessário a conquista da emancipação feminina. Semelhantemente, as entrevistas com informantes qualificados (as) propiciaram uma visão amplificada sobre a realidade das demais produtoras do município; uma vez que trabalham, convivem e conhecem a realidade de muitas outras mulheres.

Outra questão bastante pertinente é a falta de representatividade, sobretudo política, das mulheres do campo de Rio Negrinho. E, uma vez que trata-se de uma importante ferramenta para a conquista da emancipação feminina, faz-se necessário estimular as mulheres a conquistarem seus espaços na política e em organizações sociais; para que assim, a presença de vozes femininas ativas, as quais intentem por políticas públicas voltadas às suas especificidades, seja efetiva. Semelhantemente, a representatividade de mulheres do campo nos mais diversos âmbitos sociais, contribui para a reflexão do quanto o empoderamento feminino é necessário, bem como para o encorajamento de outras produtoras, a fim de buscarem a conquista de suas autonomias.

Em relação ao papel da educação na construção da autonomia das mulheres, tornou-se evidente o quanto uma educação emancipadora, a qual intente para a formação de cidadãos (as) crítico-reflexivos (as), é imprescindível para a superação das desigualdades entre os gêneros. No entanto, como abordado neste trabalho, embora os (as) sujeitos (as) reconheçam tal necessidade, a ausência de ações afirmativas efetivas é deveras notória. Desta forma, percebe-se que as lacunas em volto das discussões que visam a emancipação feminina, apontam para as

questões ainda não superadas; uma vez que estaríamos mais perto do alcance das igualdades entre homens e mulheres, caso tivéssemos uma educação mais atuante neste sentido.

No que concerne ao objetivo de valorizar as mulheres do campo de meu município, aponto que pelo simples fato de visitar as propriedades de algumas agricultoras, a fim de ouvi-las, exaltei o quanto são importantes para a agricultura familiar e para a sociedade como um todo. Visto que, durante as entrevistas, tornou-se evidente o aprazimento dessas mulheres ao me receberem. Semelhantemente, ao entrevistar os (as) demais sujeitos (as) e questioná-los (as) a respeito das desigualdades entre os gêneros, bem como a realidade vivenciada pelas produtoras em Rio Negrinho, os provoquei a refletirem a respeito dessas questões, que por vezes, tampouco são ponderadas. Vale destacar que tenho por objetivo dar o devido retorno deste trabalho ao município, tal como publicá-lo e dar continuidade a este estudo, buscando assim, trazer visibilidade as mulheres do campo de Rio Negrinho.

Quanto às recomendações para futuros trabalhos acadêmicos, sugiro estudos voltados às questões apontadas que ainda precisam ser avançadas. Para tal, ressalto a baixa representatividade política feminina, bem como a ausência de grupos específicos para as mulheres do campo. Da mesma forma, dentre as possibilidades que não foram desenvolvidas neste trabalho, devido às limitações deste estudo, aponto para uma atuação mais efetiva com as unidades escolares, no que diz respeito às discussões que permeiam as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

ALEM, Daniel. *et al.* **Segurança alimentar e soberania alimentar:** construção e desenvolvimento de atributos. *In:* ANAIS XX Encontro Nacional de Economia Política. Paraná, 2015.

ALMEIDA, Juliete Amanda Theodora de *et al.* **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas.** *In:* ANAIS 18º Redor - Perspectivas Feministas de Gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Recife, p. 3740-2750, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. IBGE. **Censos Agropecuários.** 2006 e 2017.

BRASIL. IBGE. **Estatísticas de Gênero:** Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2017.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2002, 2015, 2016, 2019.

BRASIL. IBGE. **Cidades.** 2010 e 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relatório anual de informações sociais (RAIS).** Brasília: Ministério do Trabalho, 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BUTTO, Andrea. *et al.* **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, set./dez. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER, Lynn Dee. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Rev. bras. saúde matern. infant**, v. 6, n. 1, p. 75-84, jan./mar. 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. 2. ed. CA: Sage, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2.128 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**, org. Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FROEHLICH, José Marcos *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, set. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Women and Territories Lived in Rural Contexts: a View on Territorial Development Policy. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, jan. 1995.

GROSSI, Patricia Krieger; COUTINHO, Ana Rita Costa. Violência contra a mulher do campo: desafios às políticas públicas. **Serviço Social em Revista**, v. 20, n. 1, p. 25-40, jul./dez. 2018.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais**: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso às políticas públicas no meio rural brasileiro.** In: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER –UNIFEM (Org.). O progresso das mulheres no Brasil. Brasília: Unifem/Ford Foundation/Cepia, 2006.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: Resultados preliminares.** Rio de Janeiro, 2018.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, set./dez. 2017.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). **Gênero e Saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KORMANN, J. **História de Rio Negrinho.** 1. ed. São Bento do Sul: [s.n.], 2012.

LANDAU, Elena Charlotte *et al.* Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. **Embrapa Milho e Sorgo-Documents (INFOTECA-E)**, 2012.

LEMOS, C. A. A *et al.* As Discussões Sobre Gênero nas Linhas e Entrelinhas da Educação do Campo. **Conedu.** Campina Grande, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID6038_08092015181943.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo II: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social. Brasília CEAD, 1999.

MACIEL, K.F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MAGALHÃES, Lúcia Cardoso de. A cidadania da mulher, uma questão de justiça. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.** v. 35, n. 65, p. 23-46, jan./jun. 2002.

MACKEIVICZ, Osmar. **Ética e liberdade no pensamento de Kant.** In: CONSCIÊNCIA.Org: Filosofia e Ciências Humanas. [S.l.]. 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.consciencia.org/etica-e-liberdade-no-pensamento-de-kant>. Acesso em: 12 maio 2019.

MARIANI, Cleide Mary; HENKES, Jairo Afonso. Agricultura Orgânica X Agricultura Convencional Soluções Para Minimizar O Uso De Insumos Industrializados. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 315-338, out. 2014.

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia e educação: a trajetória de um conceito.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 207-232, mar. 2002.

MELO, L. A. **Crédito Rural no Brasil: Uma Realidade para a Mulher Agricultora Familiar?.** Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia CEAMB. Recife, p.1-9, 2006.

MELLO, Marco Antônio. **Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato.** XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 18-4, jan./mar. 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Orgânicos.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em 15 jul. 2019.

MUNARIM, A.; SCHMIDT W. **Educação do campo e as políticas públicas: subsídios ao dirigente municipal de educação.** 1. ed. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2014.

MUNARIM, A.; SCHMIDT W.; PEIXER, Z. I. **Educação do campo: políticas e práticas em Santa Catarina.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde de (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013, p. 195-216.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Revista Polêmica**, v. 16, n. 3, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>. Acesso em: 31 maio 2019.

OLIVEIRA, Marcos. **Combate à violência contra a mulher no campo e floresta ainda é desafio.** In: SENADO Federal. [S. l.], 06 jul. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/combate-a-violencia-contr-a-mulher-no-campo-e-floresta-ainda-e-desafio>. Acesso em: 03 maio 2019.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.** 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdadeterra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG’s.** Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, v. 1, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. **Perfil socioeconômico**: Projeto Rio Negrinho em números. Rio Negrinho, 2015. Disponível em: <https://www.rionegrinho.sc.gov.br/perfil-socioeconomico>. Acesso em 23 mar. 2019.

REIS, Kellen Cristina Florentino. **Infância, gênero e estereótipos sexuais**: análise do relato de mães de crianças de 4 a 6 anos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO Negrinho. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Negrinho. Acesso em: 10 jun. 2019.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

SCHÜTZ, Alicia. **Toda menina sonha em se tornar uma princesa**: problematizações acerca da construção da feminilidade na infância. Especialização (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. São Paulo: E.P.U., 1987.

SILVA, Bruno Jacobson da. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos**: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, M. A. M.; RIBEIRO, A. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul mineiro. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 6, n. 2, p. 23-31, jul./dez. 2004.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA DE SANTA CATARINA. **Infoagro**. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.infoagro.sc.gov.br>. Acesso em 23 set. 2019.

SOBRAL, F. A. F.; ALMEIDA, M. R. C.; CAIXETA, M. V. G. As lideranças científicas. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 2, p. 179-191, jul. 2008.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul./set. 2017.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, maio/ago. 2016.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

SUCASAS, F. **Dependência econômica é um dos motivos para que uma mulher permaneça em um relacionamento abusivo**. In: ESTADÃO. [S.l], 07 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-dependencia-economica-e-um-dos-motivos-para-que-uma-mulher-permaneca-em-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 10 maio 2019.

TONIAL, Juliana Chilanti. Falta de alimentos no mundo: problema de escassez ou de distribuição?. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 14, p. 69-80, 2009.

TURINO, Fernanda de Freitas. **Brincadeira: um projeto prático de livro infantil para questionar os papéis de gênero na infância**. Especialização (Bacharel em Comunicação Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE I – IMAGENS DAS PROPRIEDADES VISITADAS

Figura 2 - Produção de orgânicos de dona Cecília.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 3 - Propriedade de dona Cecília.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 4 - Produção de orgânicos de dona Cecília.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 5 - Estabelecimento de dona Simone.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 6 - Propriedade de dona Simone.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 7 - Estabelecimento de dona Simone.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 8 - Propriedade de dona Simone.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 9 - Propriedade de dona Alice.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 10 - Propriedade de dona Alice.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 11 - Propriedade de dona Alice.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 12 - Produção de hortaliças de dona Rosana.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 13 - Produção de hortaliças de dona Rosana.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 14 - Estabelecimento de dona Marlene.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Figura 15 - Propriedade de dona Marlene.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

APÊNDICE II – QUESTÕES NORTEADORAS PARA AS ENTREVISTAS COM AS AGRICULTORAS

- O que produzem/tamanho da propriedade;
- Família;
- Como é feita a divisão do trabalho na unidade;
- Quem comercializa os produtos e onde são comercializados;
- Como são tomadas as decisões da família;
- Como é a organização da renda familiar;
- Grau de escolarização dos integrantes da família;
- Dirige? Possui conta em banco? Empréstimo em seu nome?
- Quanto tempo faz que possui conta/empréstimo?
- Por que possui conta/empréstimo no seu nome?
- Como foi sua experiência com o banco? Atendimento? Teve dificuldades em criar ou gerenciar a conta?
- Após o acesso ao crédito, houve melhorias na propriedade?
- Você acha que o acesso ao crédito ajuda na autonomia financeira das mulheres? Por que? Como foi sua experiência?
- Participa de alguma associação/grupo de mulheres? Quais? Se não, por quê?
- Representação social e política;
- Participa de cursos oferecidos pela EPAGRI/Sindicato? Quais?
- Acha que as mulheres têm mais liberdade nos dias atuais? Por quê?
- Desejo de permanecer no campo;
- Já foi impossibilitada de algo ou presenciou alguma situação que lhe ocasionou desconforto por ser agricultora mulher?
- Qual o papel da escola para o processo de construção de autonomia? Experiências – voltadas para as mulheres?

APÊNDICE III – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM O (A)
GESTOR (A) EDUCACIONAL

- Há quanto tempo trabalha no Henrique Liebl?
- Quantos alunos vêm do interior? Quais comunidades?
- Diferenças entre os (as) alunos (as) do interior e os do bairro;
- Diferenças entre os meninos e meninas do interior;
- Permanência no campo. É possível notar? Eles/elas pretendem continuar os estudos?
- Os alunos do campo ajudam em casa (meninos/meninas)?
- Os (as) alunos (as) do campo moram a maioria com o pais?
- As famílias apresentam influências de suas tradições?
- As mulheres do campo participam das atividades escolares? Quem participa mais?
- Como são as mães do interior? Elas se declaram como agricultora? Elas trabalham fora?
- Como você enxerga as mulheres do campo?
- O que você pensa sobre as desigualdades de gênero? Ainda se faz presente? Vivenciou alguma situação?
- Desigualdade de gênero no ambiente escolar?
- Alguma vez presenciou/fala de agricultora ou filha que lhe chamou a atenção?
- O que acha sobre as discussões de desigualdade de gênero na escola? Isso vem de casa? A escola tem influência/pode fazer algo? Explique;
- A escola já promoveu algum evento voltado para as mulheres?
- Já presenciou alguma violência contra as mulheres ou meninas do campo? Há mais violência no campo?
- Em sua opinião houveram avanços no que diz respeito às desigualdades de gênero?
- Para você qual é o principal problema enfrentado pelas mulheres, em especial pelas mulheres do campo?

APÊNDICE IV – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM O (A)
REPRESENTANTE DA EPAGRI

- Qual o papel que a EPAGRI desenvolve no município?
- Quais atividades desenvolvidas com os agricultores em geral? Você poderia falar do último ano?
- Quais foram as linhas de atuação prioritárias da empresa no município?
- Quantos cursos (ou dias de campo, por exemplo) foram ofertados? Seria possível ter acesso a lista de presença¹⁷?
- Há atividades direcionadas exclusivamente para as mulheres? Poderia citar aquelas realizadas em 2018/2019, ou seja, último ano?
- Há quanto tempo você trabalha na EPAGRI?
- Durante este período houve um aumento na participação das mulheres nas atividades desenvolvidas pela entidade? Caso positivo, ao que atribui tal situação?
- Quais as limitações que você identifica para participação das mulheres nas atividades desenvolvidas pela EPAGRI. Há iniciativas para superá-las?
- Há uma maior procura feminina ou masculina pelos serviços que a EPAGRI oferece? Ao que atribui tal situação?
- Em média, quantos homens e quantas mulheres a EPAGRI atende?
- No caso de atendimento familiar, como é feito este atendimento?
- Para você, qual a importância dos cursos que a EPAGRI, a Secretaria de Agricultura, etc., oferecem para as mulheres?
- A EPAGRI faz projetos de financiamento (PRONAF)? Caso positivo, a maioria são propostos por homens ou mulheres? Especificamente, quantos foram propostos, se for o caso, por mulheres no último ano? Nestes casos, qual o principal objetivo dos financiamentos?
- Formação anual para jovens agricultores – Quantos jovens participaram nos últimos 5 anos. Quantos destes seriam homens e mulheres?
- Sobre crédito fundiário – Há projetos dos últimos anos no município? Se positivo, quantos propostos por homens e quantos por mulheres?

¹⁷ Tais documentos não serão divulgados, bem como os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo. Interessado, simplesmente, buscar identificar o sexo dos participantes.

- Na sua opinião, como as mulheres do campo são vistas em Rio Negrinho?
- Quais as principais atividades desenvolvidas pelas mulheres do campo nas propriedades rurais de Rio Negrinho?
- As mulheres do campo tem visibilidade no município? Explique sua resposta.
- Do ponto de vista da representatividade política, elas ocupam cargos no município (sejam eles na política propriamente dita, ou também em organizações de representação da categoria?)
- Para você, qual o principal desafio que ainda precisa ser enfrentado pelas mulheres do campo de Rio Negrinho?
- Você conhece iniciativas de grupos ou associação de mulheres do campo em Rio Negrinho. Caso negativo, o que leva a esta pouca representatividade feminina?
- Como a EPAGRI pode contribuir para a superação das desigualdades de gênero e a conquista da autonomia das mulheres?
- Você como técnico/a, já recebeu formação (ou algum tipo de orientação) ou participou de algum seminário/encontro, promovido pela EPAGRI para pensar/discutir o trabalho com mulheres do campo? Caso negativo, sente falta desta oportunidade?

APÊNDICE V – QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA COM UM (A)
RESPONSÁVEL PELAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL EM UMA
COOPERATIVA DO MUNICÍPIO

- Há quanto tempo é responsável pelas operações de crédito rural nesta cooperativa?
- Quantia de homens e mulheres que possuem conta / empréstimo em seus nomes¹⁸;
- O que esses números representam para você?
- Houve um aumento no número de mulheres durante os últimos anos?
- O acesso ao crédito é necessário para a conquista da autonomia feminina? Por quê?

¹⁸ Tais documentos não serão divulgados, bem como os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo. Interessado, simplesmente, buscar identificar o sexo dos participantes.

APÊNDICE VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) participante:

Sou estudante do curso de Ciências Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Thaise Costa Guzzatti, cujo objetivo é avaliar o processo de construção de autonomia das mulheres do campo do município de Rio Negrinho.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 minutos. A participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela professora orientadora fone (48) 98824-0132.

Atenciosamente,

Luana Ricardo de Jesus
Matrícula: 16100074

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data